



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A
UNIVERSIDADE**

MANUELA VANESCA DA SILVA CERQUEIRA

**MORADIAS ESTUDANTIS:
A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE**

**SALVADOR/BA
2018**

MANUELA VANESCA DA SILVA CERQUEIRA

**MORADIAS ESTUDANTIS:
A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade

Orientadora: Adriana Miranda Pimentel

**SALVADOR/BA
2018**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CERQUEIRA, MANUELA
MORADIAS ESTUDANTIS: A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA
UNIVERSIDADE / MANUELA CERQUEIRA. -- SALVADOR, 2018.
76 f. : il

Orientadora: ADRIANA PIMENTEL.
Dissertação (Mestrado - PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE) --
Universidade Federal da Bahia, INSTITUTO DE
HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON
SANTOS, 2018.

1. MORADIA ESTUDANTIL.. 2. GESTÃO UNIVERSITÁRIA..
3. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.. 4. UNIVERSIDADE.. I.
PIMENTEL, ADRIANA. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MANUELA VANESCA DA SILVA CERQUEIRA

MORADIAS ESTUDANTIS: A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 20 de dezembro de 2018.

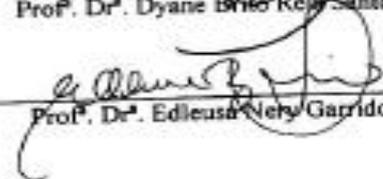
Banca examinadora



Prof.ª Dra. Ana Paula Rocha do Bonfim (UFBA)



Prof.ª Dr.ª Dyane Brito Reis Santos (UFRB)



Prof.ª Dr.ª Edleusa Nery Garrido (UNEB)

AGRADECIMENTOS

Li recente em uma pesquisa realizada pela psicóloga Sonja Lyubormirky da Unversidade Columbia que três fatores atuam no ser humano determinando seu bem-estar: o fator genético, as circunstâncias da vida e as atividades intencionais. Segundo ela, o fator genético determina 50% do nosso nível de felicidade, sendo a priori imodificável. As circunstâncias da vida, como renda, escolaridade e moradia, representam 10% do nosso bem-estar. Já as atividades intencionais, que são relacionadas a nossa forma de pensar e agir, correspondem a 40% de nossa felicidade. Tais números demonstram que para alcançarmos a tão almejada felicidade não devemos focar nas circunstâncias da vida como passar num concurso, mudar de cidade ou ter estabilidade financeira. Devemos, antes de tudo, mudar nossos pensamentos incluindo gratidão, ousadia e otimismo, entendendo que a mudança de local ou de status não nos trará felicidade, pois apenas a mudança de valores e o desenvolvimento deles são capazes de fazer isso.

Então, diante dessa perspectiva, não quero nesse agradecimento dizer como o caminho foi difícil, como eu achei que não conseguiria, como me senti insegura ou qualquer coisa do tipo. Só quero realmente ser grata pelas pessoas que estiveram ao meu lado que me ajudaram a mudar minhas atividades intencionais, na busca pela felicidade. A Deus, que me possibilitou a existência; aos meus pais Manoel e Nilda, que sempre foram e serão meu porto seguro; à Leandro Rosa, meu amigo, esposo e companheiro, que sempre esteve disposto a me ajudar! Agradeço também aos amigos do EISU que dividiram essa jornada diária, especialmente à minha orientadora Prof. Dra. Adriana Pimentel e as examinadoras Profa. Dra. Ana Paula do Bomfim, Profa. Dra. Dyane Brito e Profa. Dra. Edleusa Garrido que se disponibilizaram totalmente para contribuir com minha pesquisa. Minha gratidão a todos!

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DAE - Departamento de Assistência aos Estudantes

EUA - Estados Unidos da América

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

FUMP - Fundação Universitária Mendes Pimentel

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

NAE/CPAE - Núcleo de Apoio aos Estudantes

PNAES - Plano Nacional da Assistência Estudantil

PROAE - Pró-reitoria de Assistência Estudantil

REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SRU - Serviço de residência universitária

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT - Universidade Federal do Mato grosso

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UNB - Universidade Federal de Brasília

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Primeira residência masculina da UFBA	43
Figura 2 Visão interna dos quartos da primeira residência da UFBA	43
Figura 3 Primeira residência feminina da UFBA.....	44
Figura 4 Vista interna do primeiro restaurante universitário da UFBA.....	45

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	8
2 ARTIGO 1 A MORADIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO NACIONAL	13
RESUMO	13
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	15
GESTÃO DE RECURSOS E OS INVESTIMENTOS NAS MORADIAS ESTUDANTIS	18
O ESTUDANTE MORADOR E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29
3 ARTIGO 2 MORADIAS ESTUDANTIS DA UFBA: CONSTRUÇÃO E PERMANÊNCIA	33
RESUMO	33
ABSTRACT	33
INTRODUÇÃO	34
METODOLOGIA	39
AS MORADIAS ESTUDANTIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: PROCESSO HISTÓRICO	40
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SITUAÇÃO DAS MORADIAS NA UFBA	47
OS DESAFIOS E AS NOVAS PERSPECTIVAS DAS MORADIAS ESTUDANTIS	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	63
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO	69
APÊNDICE A - INSTRUMENTO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES	72
APÊNDICE B - COMUNICAÇÃO DA PESQUISA	73
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	74

1 APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de compreender melhor sobre a realidade da assistência prestada aos alunos que necessitam de auxílio estudantil para manutenção na universidade, a pesquisa busca analisar a experiência brasileira, sobretudo a situação das moradias estudantis da Universidade Federal da Bahia (UFBA), refletindo sobre a prioridade de consolidação das políticas de assistência estudantil, visto a capacidade que essas possuem, não apenas ajudando na diminuição da evasão existente na universidade, mas na importância de que esses espaços atuem como agente estimulador do desenvolvimento pessoal e acadêmico, agindo como instrumento na formação dos estudantes.

Parte-se do pressuposto de que esses ambientes não devem apenas garantir a satisfação das necessidades básicas dos estudantes, como também deve estimular a transformação social destes, produzindo o que Paulo Freire (2016) define como educação enquanto prática de libertação, incentivando o pensamento e o diálogo, argumentando em favor da concepção de uma educação dialógica, pautada na colaboração, união, libertação, organização e problematização das questões, pois só assim é possível que os educandos tenham consciência de mundo, tornando-se sujeitos aptos à interpretação dos fatos sociais e a modificação de suas realidades.

O interesse pela temática surge pela inserção da autora durante a graduação em Direito na Universidade Federal da Bahia no grupo de pesquisa intitulado Observatório da Pacificação Social. Tal grupo busca identificar os conflitos existentes no ambiente acadêmico, propondo soluções não litigiosas para as demandas identificadas. Dessa forma, por meio de ações de intervenção realizada nas moradias estudantis administradas pela Universidade Federal da Bahia, as quais objetivavam a diminuição dos conflitos existentes nesses espaços, incentivando a melhoria das relações entre os moradores e a instituição, notou-se a importância desses ambientes para a formação adequada dos alunos moradores, restando a notória necessidade de aprofundamento sobre tal temática, como forma de compreender as peculiaridades desses ambientes, defendendo a necessidade de investimento público.

Para entender melhor as situações de assistência atualmente disponibilizadas por meio das moradias estudantis, fez-se necessário analisar o surgimento da

Universidade. Desta forma, pela pesquisa realizada, nota-se que a história da universidade remonta os tempos mais antigos da humanidade sendo apontado um modelo inicial dessa instituição há 3.500 a.C. na escola de escribas sumérios, sendo este local de extrema importância para o desenvolvimento da escrita (KRAMER, 1963).

Se aproximando de um conceito mais moderno deste tipo de instituição, a primeira universidade existente teria sido a Universidade de Nalanda, em Bihar, Índia, durante o século V. Ela possuía um currículo extenso que abrangia áreas como teologia, filosofia, matemática, astronomia, alquimia e anatomia, cedendo, porém, pouco espaço para o questionamento e as análises, se diferenciando do modelo que hoje conhecemos (PERKINS, 2007). Contemporaneamente, a Universidade de Bolonha (1088), primeira universidade da Europa, é considerada como base para as universidades atuais, surgindo após ela, uma série de novas escolas que se espalharam pelos demais continentes (OLIVEIRA, 2007).

No século XVI, o modelo europeu de universidade foi trazido para a América Latina, sendo implantado em países como México, Guatemala, Peru, Cuba, Chile e Argentina.

No Brasil, devido a seu modelo de colonização baseado na exploração de riquezas e dependência do governo português, a estruturação de universidades ocorreu de forma tardia, surgindo apenas em 1920, por iniciativa da Coroa Portuguesa (BOHRER et al., 2008). Isso ocorre, dentre outros motivos, pelo fato de que os brasileiros que possuíam condições financeiras para estudar optavam por realizar seus estudos na Europa, tornando a educação brasileira incipiente e excludente por não trazer igual oportunidade aos cidadãos.

Levando em consideração essa tardia implementação de instituições educacionais e a extrema desigualdade existente na sociedade brasileira, temos que o acesso à educação acabou por privilegiar aqueles que detinham melhores condições financeiras. Assim, com o objetivo de permitir o acesso e permanência das camadas menos abastadas da sociedade, na segunda metade do século XIX, surgem as primeiras casas estudantis brasileiras, buscando acolher a crescente quantidade de alunos atraídos pelas recentes universidades.

Segundo Machado (2007), a primeira moradia destinada a estudantes surge na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco nos anos 1820 com a autorização da Instituição para que os alunos morassem nos cubículos do mosteiro

onde se situava a Instituição. Após tal experiência, passaram a surgir também as casas de estudante, que apesar de não serem mantidas pelas instituições de ensino, possuíam forte vinculação, atuando como verdadeiros anexos das faculdades, ficando conhecidas como repúblicas. A reunião dos estudantes nessas casas acabou por formar um espírito universitário, proporcionando uma maior interação entre os alunos, que criavam grupos de estudo, teatros e organizações políticas.

Contudo, apesar dessas primeiras iniciativas, foi apenas no governo de Washington Luís (1926-1930) que houve a primeira intervenção do Estado para organização dessas moradias estudantis. Foi criada, então, a Casa do Estudante Brasileiro em Paris que, apesar de ser uma iniciativa privada, recebia aportes públicos para auxiliar na manutenção dos estudantes que saíam do país para estudar, iniciando assim, uma série de políticas relacionadas ao apoio estudantil (SILVEIRA, 2012).

No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o Ministro da Educação Francisco Campos, com o intuito de fortalecer um espírito de classe entre os estudantes, incentivou a criação de medidas que visassem a assistência dos alunos por meio de auxílios nas questões de moradia, alimentação, atividades científicas e esportivas, formando um período de políticas públicas voltadas para a manutenção dos estudantes nas universidades (MACHADO, 2007).

Anunciando um princípio de mudança, a Constituição de 1946 tornou obrigatória a assistência estudantil para todos os níveis de ensino a fim de assegurar eficiência escolar aos estudantes mais necessitados.

Com a ditadura militar (1964-1985), infelizmente a luta pela implementação de políticas de assistência foi contida e o movimento estudantil foi duramente reprimido, com a prisão e tortura de muitos dos seus integrantes, causando involução nas políticas de auxílio aos estudantes (SANTOS, 2009; CERQUEIRA, 2009).

A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi responsável por trazer novos ares aos direitos sociais, assegurando não só acesso, mas também a permanência no ensino superior, concedendo prioridade às políticas de assistência estudantil, objetivando a igualdade de permanência entre os alunos. Nesse sentido, a Constituição estabeleceu um mínimo de 18% (dezoito por cento) da receita anual do governo para aplicação nas universidades federais, dispondo no artigo 207 (BRASIL, 1988) sobre a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades,

objetivando por meio dessas regulamentações aumentar a abrangência e modificar o panorama do sistema educacional excludente do país.

Na década de 1990, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional da Assistência Estudantil (PNAES), também auxiliaram na criação de regimentos fundamentais para a solidificação das políticas de assistência no Brasil, abrangendo as políticas direcionadas às moradias estudantis.

Contudo, apesar de existirem leis e regulamentos que asseguram o direito de assistência aos estudantes, numa tentativa de igualar as oportunidades aos mais pobres, garantindo o acesso e a permanência nos cursos de ensino superior, muito ainda é necessário para que esses direitos sejam efetivados, melhorando as condições da educação, garantindo o direito de acesso e permanência aos estudantes mais carentes.

Assim, buscando averiguar as situações ligadas às moradias estudantis, o trabalho analisa inicialmente a produção nacional sobre tema, levando em consideração a produção no período compreendido entre os anos 2000 e 2017. O levantamento dos trabalhos foi realizado junto às principais bibliotecas virtuais, bases online de informações existentes na área de ciências humanas, repositórios das maiores universidades brasileiras, além da consulta às referências dos artigos e estudos realizados, utilizando os seguintes descritores: moradia estudantil, gestão universitária, assistência estudantil e universidade, sendo selecionados 16 trabalhos. Os títulos foram posteriormente agrupados em duas categorias, quais sejam: a gestão das moradias do ponto de vista dos recursos alocados e as dificuldades vividas pelos estudantes residentes.

Num segundo momento, o trabalho busca examinar as moradias estudantis da Universidade Federal da Bahia, delineando seu contexto de surgimento, a situação atual da assistência disponibilizada aos alunos, e, por fim, as dificuldades enfrentadas no processo de gestão das moradias, alertando para a necessidade de consolidação das políticas assistenciais, como forma de assegurar a adequada permanência aos estudantes.

Assim, por meio da realização de tal trabalho, foi possível compreender que apesar dos avanços implementados nas políticas de assistência prestada aos alunos carentes, ainda é necessário assegurar melhores condições de permanência aos

estudantes, com aumento de investimento no âmbito das moradias estudantis, a fim de reduzir as taxas de evasão na universidade e contribuir na melhoria da formação estudantil.

2 ARTIGO 1 A MORADIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO NACIONAL

RESUMO

Entendendo que as moradias estudantis se afiguram como importante mecanismo para a manutenção do estudante, este artigo objetiva analisar tal temática, identificando as principais abordagens e discussões nacionais já desenvolvidas até o momento, levando em consideração a produção mais recente, compreendendo o período de 2000 a 2017. O levantamento dos trabalhos foi realizado junto às principais bibliotecas e bases virtuais de informações existentes na área de ciências humanas, repositórios das maiores universidades brasileiras, além da consulta às referências dos artigos e trabalhos encontrados, utilizando os seguintes descritores: moradia estudantil, gestão universitária; assistência estudantil e universidade, sendo selecionados 16 trabalhos. Os títulos identificados e analisados foram posteriormente agrupados em duas categorias, quais sejam: a gestão das moradias do ponto de vista dos recursos alocados e as dificuldades vividas pelos estudantes residentes. Os trabalhos demonstram que é preciso oportunizar a inclusão de atividades de apoio para além do auxílio financeiro, fazendo com que a moradia possibilite a real inclusão do estudante na universidade, suprimindo suas necessidades essenciais e proporcionando maior adaptação ao ambiente universitário. Assim, demonstrou-se a importância da vivência nas moradias estudantis como apta a trazer desenvolvimento aos estudantes, se afigurando como uma importante atividade da universidade.

Palavras-chave: Moradia estudantil. Gestão universitária. Assistência estudantil. Universidade.

ABSTRACT

Understanding that student housing appears to be a important mechanism for student maintenance, this article aims to analyze this theme, identifying the main approaches and national discussions already developed, taking into account the most recent production, covering the period from 2000 to 2017. The survey of the works was carried out with the main virtual libraries existing databases in the human sciences area, repositories of the largest Brazilian universities as well as references to articles and the following descriptors: student housing, university management; student assistance and university, with 16 papers selected. The titles identified and analyzed were later grouped into two categories, namely: the management of the dwellings from the point of view of the resources allocated and the difficulties experienced by the resident students. The work shows that it is necessary to opportune the inclusion of support activities in addition to the financial aid, making the housing allow the real inclusion of the student in the university, supplying their essential needs, providing greater adaptation to the university environment. Thus, since the analyzed works demonstrated the importance of living in the student

housing as apt to bring development to the students, appearing as an important activity of the university.

Keywords: Student housing. University management. Student assistance. University.

INTRODUÇÃO

Entendendo que a educação é a forma mais adequada para diminuição das desigualdades sociais, sendo capaz de alavancar o desenvolvimento do país, esse trabalho busca refletir sobre a necessidade de investimento no ensino superior, principalmente no que se refere ao apoio fornecido aos estudantes durante o curso de graduação, sendo fundamental analisar os estudos nacionais que vem sendo realizados sobre as moradias estudantis, visto que essas se apresentam como importante aporte na permanência estudantil.

Buscando averiguar as dificuldades da assistência estudantil como política de inclusão no Brasil, Faro (2008) nos traz que a alta evasão de estudantes de nível superior levou o Ministério da Educação (MEC) a criar a comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras em meados da década de 1990. Os estudos desta comissão demonstraram que cerca de 40% dos alunos que ingressavam na universidade abandonavam o curso antes de concluí-lo sendo elencados como principais motivos dessa evasão a situação sócio-econômica, a opção por mudança de curso ou de carreira, o desencanto com o curso escolhido, o pouco preparo para enfrentar o nível de dificuldade exigido por alguns cursos e a desinformação do aluno quanto à carreira inicialmente escolhida.

Essa alta evasão é tema preocupante, trazendo prejuízos individuais, visto que impossibilita o crescimento profissional daquele que não concluiu os estudos, e, ainda, prejuízos coletivos, por elevar os custos da manutenção dos programas educacionais. Nesse sentido, Andrade (2014), analisando os diversos motivos para o acontecimento do abandono dos estudos em nível superior, traz a questão econômica como motivo importante no aumento da evasão, constituindo um desafio a ser superado nas instituições. Elenca que, a falta de políticas de inclusão social, assistência estudantil e ações afirmativas, acabam por prejudicar a efetividade das recentes políticas de expansão implantadas no Brasil nos últimos anos, visto que muitos alunos não conseguem permanecer na universidade sem tais aportes.

Também preocupados com o alto índice de evasão na educação superior, a IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileira (FONAPRACE; ANDIFES, 2014) demonstrou que a universidade está sendo, cada vez mais, composta pelas camadas mais populares da sociedade, incluindo negros, mulheres e aqueles com

menores rendas, sendo tal fato devido ao incentivo às políticas de ações afirmativas e ao incremento de investimento vindo de programas como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que busca modernizar e desenvolver as universidades federais brasileiras. Contudo, apesar da inclusão das camadas mais populares da sociedade, a dificuldade de permanecer ainda persiste, sendo inúmeras as privações vivenciadas por esses alunos durante o curso de graduação, principalmente nas questões de moradia e alimentação. No que se refere ao aspecto da moradia, que é o foco deste trabalho, a pesquisa acima citada indica que 43,33% dos graduandos informaram que moravam em outra cidade antes de ingressar na universidade. Ocorre que, desse número, apenas 2,64% residem em moradias pertencentes às universidades, seja pelo pequeno número de vagas, seja pelas difíceis estruturas que a maioria dessas casas possui. Somando-se a tais números, 42,21% do total dos alunos participantes da pesquisa elencaram possuir dificuldades financeiras para manutenção na universidade, dificuldades essas que abrangem necessidades essenciais como moradia e alimentação, demonstrando assim, incontroversa necessidade de políticas de apoio a esses estudantes.

Desta forma, enfatizando a importância de investimento em ações que garantam a permanência dos estudantes na universidade, Santos (2009) ressalta que a entrada na universidade é considerada como uma grande conquista, sobretudo para as famílias menos abastadas, que por vezes são segregadas de direitos e benefícios que lhes permitam ascensão social. Assim, tendo em vista as inúmeras dificuldades encontradas por aqueles que detêm menores condições de renda, é imprescindível que além do acesso, lhes seja assegurada a permanência, compreendendo a possibilidade de continuação e conclusão do curso de graduação. Neste sentido, demonstra que esse apoio deve compreender o campo material, permitindo a moradia, alimentação, o acesso a livros, dentre outros e, também, simbólica, ligada ao apoio pedagógico, à valorização da autoestima e os referenciais docentes. A autora conclui que, ao ter a permanência assegurada, é possível um maior desenvolvimento do estudante, sendo proporcionada uma transformação individual e de seu meio social, sendo, portanto, necessária uma política de estado sólida neste sentido, possibilitando uma efetiva democratização da educação em nível superior. Assim, elenca que a permanência do estudante deve ser qualificada, permitindo que os estudantes terminem o curso no tempo adequado, que sirvam de

exemplo para a comunidade na qual se inserem e que tenham outras possibilidades acadêmicas após a conclusão de seu curso.

Objetivando compreender melhor as relações desenvolvidas nos ambientes das moradias estudantis brasileiras, realiza-se, neste trabalho, uma revisão da literatura nacional produzida sobre a temática, sendo selecionados 16 trabalhos, compondo-se de 1 tese, 8 dissertações, 6 artigos científicos e uma reportagem. Os títulos identificados foram organizados em um quadro síntese a fim de identificar categorias de análise. A partir desse quadro, foi possível perceber que os trabalhos identificados se dividem em duas grandes categorias, quais sejam: a gestão dos recursos destinados às moradias estudantis e as dificuldades vividas pelos estudantes residentes e, como subcategoria desta última, os conflitos existentes nesses ambientes, com estudos em menor número, porém relevantes para a pesquisa que está em andamento.

O levantamento acerca do tema foi realizado junto às principais bibliotecas virtuais, bases de informações existentes na área de ciências humanas tais como: SciELO, Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Sistema de bibliotecas da Unicamp, repositórios das maiores universidades brasileiras, além da consulta às referências dos artigos e trabalhos selecionados utilizando os seguintes descritores: moradia estudantil, gestão universitária, assistência estudantil e universidade.

Desta forma, diante desse panorama, tem-se que, apesar da importância, ainda é pequeno o número de trabalhos encontrados, sendo escassos estudos que abordem o histórico, a gestão e a organização destes espaços ou que exponham propostas de expansão, crescimento e fortalecimento desses ambientes. Poucas são as pesquisas e trabalhos sobre o tema, demonstrando a nítida omissão da universidade com tão importante campo. Assim, o presente trabalho, objetiva analisar a literatura nacional produzida mais recentemente, categorizando os trabalhos encontrados a fim de entender a importância dos estudos que incentivem a melhoria e solidificação das casas estudantis como política de assistência apta a suprir a necessidade dos estudantes bem como lhes permitir uma possibilidade de participação ativa no setor estudantil.

GESTÃO DE RECURSOS E OS INVESTIMENTOS NAS MORADIAS ESTUDANTIS

Os trabalhos que abordam a temática da gestão dos ambientes de moradia estudantil concentraram-se nos seguintes aspectos: análise do perfil do aluno morador (Barros, 2014; Araújo, 2003); a administração das casas (Barreto, 2014; Viera, 2015; Nogueira, 2018); a situação específica de algumas universidades brasileiras, relacionando a qualidade da assistência ao desempenho dos alunos (Araújo; Morgado, 2009; Araújo, 2003) e diagnósticos que afirmam a necessidade de que a assistência deve ultrapassar a questão dos recursos financeiros, atuando como importante dispositivo também na formação do estudante (COELHO, 2012; FARO, 2008; GARRIDO, 2015).

No que se refere ao perfil dos moradores, Barros (2014), analisando a situação da UFBA, traz que a maior parte dos estudantes que recebem algum tipo de auxílio permanência encontra-se na faixa etária de 21 a 30 anos e declaram-se como pardos ou negros. Em relação ao item sexo, identifica-se que mais da metade do público pesquisado corresponde ao sexo feminino e ingressou na universidade no período de 2009 a 2013, sendo a maioria oriunda de cidades próximas, com nenhuma ou pouca renda auxiliar para a manutenção, necessitando assim de apoio para permanência na universidade.

Em outros estudos também foi possível identificar perfis semelhantes aos dos estudantes moradores das residências da UFBA, tal como demonstrado no estudo de Barros. Araújo (2003), por exemplo, identifica que a população usuária da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é composta majoritariamente de jovens (entre 21 e 25 anos), provenientes de cidades próximas à capital, que concluíram o nível médio escolar em tempo adequado, possuindo bons níveis de aproveitamento nas avaliações no Sistema de Avaliação da Educação Básica e no Exame Nacional de Ensino Médio.

Assim, tendo em vista os trabalhos analisados, observamos que a maioria dos estudantes moradores é composta por jovens, provenientes de outras cidades e sem nenhuma renda, sendo a moradia importante para a continuação desses estudantes na Universidade.

Sobre a administração das casas, Vieira (2015) analisou a realidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco e defende que apesar dos dispositivos legais assegurarem a inclusão e permanência dos estudantes menos favorecidos, as

políticas atuais apenas conferem aos estudantes extremamente pobres, padrões mínimos de atendimento às suas necessidades mais básicas, como moradia e alimentação, ocorrendo o que o autor define como “gestão da pobreza”, que consiste num tratamento extremamente residual conferido às políticas de assistência disponibilizadas aos estudantes, não sendo capaz de assegurar a permanência destes durante a graduação. Demonstra que, apesar do aumento no número de vagas ocorrido na universidade, proporcionado pela proposta de expansão de programas como o REUNI, a assistência ao estudante ainda permanece incipiente, dificultando a permanência e a qualidade de formação do estudante.

Propõe, desta maneira, que as ações de permanência sejam ampliadas, atendendo a um maior número de estudantes, por meio do aumento de financiamento para as ações de auxílio à continuação do estudante na universidade durante o período de sua formação, mudando o panorama residual que hoje vigora. Afirma também a necessidade de que essas políticas abriguem outras necessidades dos estudantes, tais como: atenção à saúde; inclusão digital; incentivo à cultura e ao esporte; disponibilização de creches; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, proporcionando assim real efetivação dos direitos já assegurados nos dispositivos legais vigentes.

Nesse mesmo sentido, Barreto (2014), analisando a realidade das moradias pertencentes às universidades federais do sul do Brasil, entende que para uma boa satisfação dos interesses dos alunos e da administração, é necessária uma gestão participativa das residências universitárias, permitindo que os estudantes intervenham nas decisões ligadas ao seu cotidiano, enriquecendo a relação entre os moradores e entre estes e os gestores, possibilitando assim o contentamento real dos seus interesses.

Numa perspectiva de busca pela mudança no panorama vivido pela maioria das casas estudantis, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem proposto uma série de mudanças no âmbito das residências ofertadas aos alunos. Em 2017 a universidade propôs mudanças na forma de pensar as residências estudantis, disponibilizando nas casas aulas de ioga, alemão, dança de salão, aulas de violão e exibição de filmes. Por meio de parceria com a Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), a Universidade também tem promovido o “Projeto de Convivência das Moradias Universitárias da UFMG” o qual visa selecionar atividades que propiciem interação, saúde, cultura e lazer para os estudantes residentes nas

moradias de Belo Horizonte e Montes Claros. Além disso, em 2018 houve a criação de um novo complexo estudantil com três blocos e 45 apartamentos divididos em quartos individuais, sala, cozinha, banheiros e área de serviço, contando com sistemas de aquecimento por energia solar e de aproveitamento da água da chuva e acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção. Os gestores, entendendo a importância da utilização das moradias como espaço que estimule o desenvolvimento estudantil e a interação saudável dos estudantes, afirmam que tais ambientes foram projetados para serem adequados ao estudo e ao aprimoramento do desempenho acadêmico, viabilizando melhores condições de permanência. Tal exemplo demonstra a importância de valorização do aluno residente, construindo espaços que permitam a participação, a integração e o desenvolvimento dos moradores, pois só assim será possível a permanência adequada desses estudantes (NOGUEIRA, 2018).

Neste sentido, preocupados com a qualidade dos serviços de auxílio, têm-se, nos trabalhos encontrados, a vinculação trazida pelos autores entre a qualidade da assistência com o maior ou menor desempenho do estudante, demonstrando a importância do bom funcionamento destas para a boa formação acadêmica do estudante. Araújo (2003), analisando a situação das moradias nas universidades federais alagoanas, defende que o apoio fornecido ao estudante deve auxiliar no desempenho desses durante o curso de graduação, fornecendo além da moradia, serviços que auxiliem nas demais necessidades dos estudantes, tais como: apoio a saúde, ao transporte, além de ações que possibilitem melhoria no desenvolvimento acadêmico. Entende, portanto, que é interessante incentivar a participação dos alunos moradores em atividades extracurriculares, tais como pesquisa, atividades de extensão e cursos, uma vez que estas atividades são fundamentais para a integração dos ambientes de moradia com as atividades de ensino da universidade, aumentando o comprometimento dos alunos com a instituição, garantindo assim, não apenas a permanência do aluno na universidade, como também a qualidade de sua formação.

Investigando a situação da Universidade Federal do Mato Grosso, Araújo e Morgado (2009) demonstram que no que tange ao desempenho acadêmico do grupo de estudantes-moradores que participaram da pesquisa, observa-se que, ao terem suas necessidades primordiais satisfeitas por meio das políticas de assistência, os estudantes beneficiados apresentam um aproveitamento acadêmico

satisfatório, possuindo aprovação em todas as disciplinas cursadas, com notas semelhantes aos não moradores. Assim, os autores defendem uma política de assistência que, além de suprir as necessidades básicas, possibilite também a participação desses alunos em atividades acadêmicas que ultrapasse as salas de aulas, favorecendo a elevação do desempenho dos alunos e permitindo também a igualdade na educação superior, como medida de justiça social.

Diante da análise dos trabalhos que averiguam as experiências de moradia em diferentes estados brasileiros, conclui-se que além de assegurar a existência das moradias universitárias, é necessário também que elas estejam inseridas num contexto de políticas afirmativas que permitam a satisfação das necessidades primordiais dos estudantes e também garanta a existência de outros serviços, tais como: acompanhamento médico e psicológico, atividades de apoio pedagógico, a disponibilização de bolsas acadêmicas de pesquisa e extensão, além de convênios com entidades de estágios e vivência acadêmica. Em concordância com este pensamento, autores como Faro (2008), Coelho (2012) e Garrido (2015) trazem que grande parte das universidades brasileiras oferece moradia aos estudantes, sem tratar esses espaços como proporcionadores de crescimento para o caminho acadêmico. Portanto, é fundamental a necessidade de que a universidade invista nesses ambientes favorecendo a ocorrência de interações e experiências que possibilitem o aumento dos níveis de aproveitamento e desempenho, bem como a redução dos níveis de evasão dos estudantes.

Como exemplo disto, Garrido (2015) nos traz que, a experiência da moradia estudantil seria muito mais contributiva na formação acadêmica do aluno se houvesse um maior investimento no desenvolvimento do potencial formador desses espaços, oferecendo experiências acadêmicas, como por exemplo, o incentivo a programas de aprendizado como ocorre em países como os Estados Unidos da América (EUA). De acordo com a autora:

Os impactos desse tipo de experiência têm sido objeto corriqueiro de investigação em países como os EUA. Os estudos realizados revelam que as características, os investimentos que são feitos e os arranjos populacionais que se formam nesses ambientes trazem implicações para os que ali vivem: aumento do rendimento acadêmico (Yeung, 2009), da persistência no ensino superior (Jacobs; Archie, 2008; Pascarella et al., 1994; Yeung, 2009), da adaptação geral e social (Inkelas; Daver; Vogt; Leonard, 2007) e do senso de comunidade (Devlin et al., 2008; Jacobs; Archie, 2008); desenvolvimento cognitivo geral (Pascarella; Terenzini, 1991, 2005) e maior interação com os pares (GARRIDO, 2015, p.728).

Desta maneira, nota-se que a gestão das casas estudantis é tema importante nas pesquisas encontradas. Os autores, em maioria, enfatizam a necessidade de uma boa gestão desses espaços, que deve oportunizar a participação dos moradores nas tomadas de decisão, além da necessidade de inclusão de atividades de apoio para além do auxílio financeiro, fazendo com que a moradia possibilite a real inclusão do estudante, atuando como agente que possibilite a satisfação das necessidades e também proporcione melhoria no aspecto acadêmico dos estudantes.

O ESTUDANTE MORADOR E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS

Em outra perspectiva e em menor número, foram identificados estudos que se debruçaram a analisar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, levando em consideração a condição do morador. Tais reflexões abordam as implicações decorrentes do fato de ser morador e as dificuldades de adaptação (Sousa; Sousa, 2009; Garrido, 2015); os impactos dessas situações para os estudantes (Garrido; Mercuri, 2013; Osse; Costa, 2011) e os problemas de convivência existentes nas casas estudantis (COELHO, 2012; MOREIRA, 2012; LARANJO; SOARES, 2006).

Sousa e Sousa (2009), em pesquisa realizada em casas estudantis pertencentes à Universidade Federal de Goiânia, analisaram os principais significados atrelados a essas moradias, afirmando que este espaço se mostra apesar das dificuldades enfrentadas com a falta de estrutura das casas e a dificuldade de convivência com os demais moradores, como uma importante atividade de enriquecimento da vida estudantil, estimulando o surgimento de qualidades e habilidades nos estudantes.

Contudo, apesar dos pontos positivos, a pesquisa relata que os estudantes passam por situações problemáticas, seja no âmbito interno - com demandas entre colegas, seja no âmbito externo, pelo estigma existente diante do fato de morarem em casas estudantis. Esses estudantes “se sentem muitas vezes excluídos, se esforçando para se sentirem pessoas de valor” (Sousa; Sousa, 2009, p.11), devendo assim, a discussão acerca das moradias estudantis pautar-se não só no provimento das necessidades básicas, mas também pela compreensão dessa vivência de forma

subjetiva, sendo disponibilizado um acompanhamento institucional a esses estudantes, almejando uma perspectiva inclusiva.

Garrido (2015), em trabalho bastante detalhado, elenca os impactos existentes na experiência do viver em moradias universitárias e como as situações vividas nesses ambientes trazem implicações positivas e negativas. A autora aborda como aspectos positivos o aumento de rendimento; a persistência nos estudos, constatada pela diminuição no número de alunos desistentes; o aumento no domínio social e desenvolvimento cognitivo; e como aspectos negativos, os problemas de convivência; as dificuldades de estudar e o aumento dos níveis de estresse. A autora dividiu as mudanças ocorridas em três domínios: pessoal (fortalecimento ou enfraquecimento de habilidades; sentimentos ou percepções e ganho ou prejuízos materiais); social (aumento ou diminuição da rede social, envolvimento em atividades sociais e competência social); e acadêmico, concentrando-se o maior número de mudanças nos domínios sociais, seguidos do acadêmico e depois o pessoal (GARRIDO, 2015).

De acordo com esta pesquisa, a experiência de viver em moradia estudantil é reconhecida pelos estudantes como propiciadora de mudanças expressivas em diversos domínios de sua formação. Ocorre que, apesar das mudanças positivas terem sido apresentadas em maior número, as mudanças negativas também apresentam números significativos. Tais mudanças concentram-se no âmbito sentimental, pessoal e, por último, no domínio acadêmico. As condições das moradias também foram apontadas como indesejáveis. As mudanças negativas se relacionam ao barulho, ausência de privacidade, quantidade de pessoas por cômodo, estigma de ser morador e distância da família. Os medos diversos, especialmente na ocasião do ingresso na moradia, indicam a necessidade de uma adaptação à universidade e ao ambiente da moradia, não sendo uma tarefa fácil. Diante do panorama encontrado, a autora defende a necessidade de que as universidades contribuam mais na formação dos moradores, investindo no potencial de crescimento acadêmico dessas casas, auxiliando na ocorrência de interações sociais e oferecendo outros tipos de experiências acadêmicas.

Numa mesma perspectiva de análise da condição dos alunos moradores das residências, centralizando o olhar na qualidade de vida de universitários de moradias estudantis da Universidade de Brasília, Osse e Costa (2011) perceberam que os índices de ansiedade entre os residentes são considerados altos se comparado com

os universitários não residentes. Além disso, grande parte dos entrevistados apresenta sintomas relacionados à depressão com indicadores negativos ao que se refere à procura de ajuda, sendo grande o número de moradores que usam álcool ou outras substâncias que causam dependência. A pesquisa evidencia as limitações da moradia como ambiente saudável, visto que ao mesmo tempo em que a moradia estudantil propicia a permanência do estudante na universidade pública, representa também riscos e dificuldades. Diante dessa realidade, as autoras afirmam a necessidade de que a universidade se preocupe com a integração de qualidade do estudante, possibilitando uma permanência de qualidade até a conclusão do curso, defendendo uma atuação mais ativa da universidade na melhoria da qualidade de vida do estudante residente de casas estudantis, com a ampliação dos recursos aplicados, implantação de políticas sociais destinadas à ampliação de estágios remunerados, incentivo de atividades de cultura, lazer e assistência à saúde física e mental que viabilizem cuidados com a saúde física, mental e de moradia dos estudantes.

Analisando as moradias estudantis, Garrido e Mercuri (2013) comparam a realidade brasileira à dos EUA e demonstra que, neste último, o estudo das moradias encontra-se num patamar muito mais avançado, além do fato de neste país a moradia ser efetivamente utilizada como um espaço anexo à universidade, sendo incentivado o potencial educacional destes espaços. Em revisão de literatura realizada pela autora, constatou-se que a questão da dificuldade de relacionamento entre os alunos é um tema importante no que diz respeito à análise das moradias estudantis. Nessa senda, a autora demonstra que conflitos entre moradores podem ocorrer por diferentes motivos, tais como: utilização do espaço físico, diferenças de crenças e valores e por questões de ordem pessoal.

Ocorre que, apesar do grande número de ocorrências de conflitos, o número de trabalhos que apresentaram essa temática se mostra inversamente proporcional, sendo poucas as pesquisas que apresentem tal abordagem.

Representando a pequena literatura brasileira que aborda os conflitos existentes no âmbito das moradias universitárias, em pesquisa realizada por Moreira (2012) na Universidade de Santa Catarina, evidencia-se que 56,9% dos sujeitos da pesquisa percebem uma situação conflituosa como sendo um aspecto natural à natureza humana; 34,7% dos sujeitos pensam que o conflito pode ser estimulado na direção de promover a criatividade em oposição à estagnação; 100% dos

entrevistados afirmaram a ocorrência de conflitos interpessoais no ambiente de estudo, indicando a relação entre discente e docente como a de maior quantidade de conflitos. O resultado dessa pesquisa evidenciou que existe a ocorrência de conflitos interpessoais no ambiente de estudo; que as fontes de tais discordâncias estão ligadas, principalmente, ao apego exagerado às próprias opiniões e crenças; que a universidade ainda não utiliza a mediação como forma de solução de divergências entre as partes, fazendo uso do método tradicional (processo disciplinar administrativo), lento e fadigoso, semelhante ao praticado pelo judiciário, e raramente são produzidos resultados construtivos para a instituição, visto que as relações de ganha-perde são comuns em processos dessa natureza.

Desta forma, Moreira (2012), buscando a melhoria dos conflitos identificados nesse ambiente, incentiva a criação de um panorama que propicie o crescimento dos agentes envolvidos, analisando a mediação como meio de gerência e melhoramento dos espaços universitários, podendo atuar como uma possibilidade na melhoria das relações existentes nas moradias estudantis, aumentando a integração e a participação desses alunos, culminando numa experiência mais adequada para os estudantes.

Analisando as dificuldades enfrentadas pelos alunos moradores e os problemas de convivência, em análise realizada na Universidade Federal do Ceará, Coelho (2012) delinea as principais demandas dos moradores. A autora demonstra que o número de vagas disponibilizado é insuficiente para a demanda existente, além da falta de manutenção na estrutura física das casas, fato esse que se repete em boa parte das instituições universitárias brasileiras. Além da insuficiência de vagas, a autora constata que é necessária a ampliação dos serviços de saúde disponibilizados aos moradores, principalmente no que se refere ao acompanhamento psicológico, visto que grande quantidade de alunos relatou vivenciar situações que demandariam este acompanhamento. Nesta pesquisa, os alunos entrevistados relataram também que são frequentes os problemas de convivência entre os moradores, que ocorrem em sua maioria pela falta de acompanhamento institucional para auxiliá-los no processo de adaptação dos estudantes ao ambiente universitário, problemas estes que muitas vezes decorrem da quantidade de alunos por quartos e pela falta de privacidade existente.

Ainda verificando as dificuldades enfrentadas pelos alunos-moradores no âmbito da sociabilização, Laranjo e Soares (2006), analisando a realidade da

Universidade de São Paulo (USP), trazem que o espaço das moradias estudantis deveria ser utilizado como forma de interação saudável entre os alunos, estimulando o surgimento de novas habilidades devido as diferentes possibilidades de interação social. Contudo, a experiência de viver em moradias estudantis pode ser uma experiência difícil, havendo problemas de coabitação que se dão pela falta de espírito coletivo, sendo também frequentes problemas relacionados à solidão e ao isolamento dos alunos, vez que não existem espaços que estimulem a convivência e a interação adequada entre estes. O consumo e tráfico de drogas nas casas também são recorrentes, fato que prejudica a saúde e segurança dos alunos. A pesquisa traz ainda que os alunos não têm a quem recorrer quando possuem problemas, pois a gestão demora muito na apresentação de soluções. As autoras concluem que “a universidade disponibiliza o mínimo necessário para que os alunos possam ter onde morar, não se apresentando para a discussão e solução de problemas estruturais que dificultam o acesso à moradia e o cotidiano dos estudantes” (p. 6). Por fim, tal trabalho reforça a necessidade de repensar os espaços das moradias estudantis, trazendo qualidade e eficiência no serviço prestado aos estudantes, fazendo com que esses espaços sejam realmente espaços de auxílio na democratização de acesso e permanência do estudante na universidade.

Desta maneira, tendo em vista a frequência dos conflitos existentes e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante o período em que residem nas casas estudantis, percebe-se a necessidade de estudos que abordem melhor esse tema, buscando propostas de solução para tais demandas, uma vez que pelos estudos analisados demonstrou-se a importância da vivência nas moradias estudantis como apta a trazer desenvolvimento aos estudantes, se afigurando como uma importante ação da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a revisão realizada sobre o tema, evidencia-se que o assunto moradia estudantil ainda é pouco trabalhado em nossa literatura nacional, apesar de sua importância.

Por meio dessa pesquisa, os trabalhos produzidos foram divididos em duas categorias: a gestão das moradias estudantis e a as dificuldades enfrentadas por esses durante o período de residência.

Analisando a gestão desses ambientes, os autores realizam abordagem no sentido de descrever o perfil do aluno morador, a administração das casas e a situação específica de algumas universidades brasileiras, trazendo também diagnósticos que afirmam a necessidade de que a assistência ultrapasse os recursos financeiros, atuando como importante instrumento/ferramenta na formação do estudante.

Já os trabalhos que falam das dificuldades enfrentadas pelos alunos moradores abordam as implicações decorrentes do fato de ser morador; as dificuldades de estrutura na maior parte das moradias estudantis brasileiras; as dificuldades de adaptação; os problemas de convivência e os impactos dessas situações na formação dos estudantes.

A partir da análise desses trabalhos foi possível identificar que apesar do aumento de investimento na educação superior ocorrido nos últimos anos com investimentos em programas como o REUNI, o Brasil ainda não alcançou as metas propostas, sendo dominante o ensino privado e o alto índice de evasão nas universidades públicas. Assim, faz-se necessário investimento maciço em políticas de assistência ao estudante, possibilitando a permanência desses agentes, aumentando os níveis de aproveitamento dos alunos e a diminuição das taxas de evasão.

Constatou-se ainda que seja necessária a mudança na forma de gestão da universidade, incluindo as moradias estudantis, aumentando a participação do estudante, criando uma política que possibilite compreender as necessidades dos alunos para possibilitar a satisfação adequada de suas necessidades.

Por fim, ressalta-se a importância da experiência de viver em moradias estudantis, sendo estas responsáveis por um maior envolvimento dos estudantes

com as questões acadêmicas, aumentando seus resultados, diminuindo o tempo de curso e reduzindo os índices de desistência.

Diante de todas as análises realizadas, a moradia estudantil se apresenta como ferramenta importante na redução das desigualdades no contexto universitário, dando condições de permanência aos estudantes menos favorecidos, democratizando a universidade e a própria sociedade.

Concluimos, portanto, pela necessidade de solidificação de estudos e trabalhos com a presente temática, objetivando a melhoria de atividades que sejam capazes de prover as necessidades daqueles não possuem condições de acesso e permanência à educação superior.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. **A evasão nos Bacharelados interdisciplinares da UFBA:** um estudo de caso. 2014. Dissertação (Mestrado e Estudos sobre a Universidade). Programa de Pós-Graduação em Estudos interdisciplinares sobre a Universidade. Salvador - BA. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15077>. Acesso em: 05 jan. 2018.

ARAUJO, D.; MORGADO, M. A. **Educação e Juventude:** um panorama da assistência estudantil e de seus usuários na UFMT (Cuiabá). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá - MT. 2009. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_com_pleto_160.pdf. Acesso em: 12 abr. 2017.

ARAUJO, J. **O elo assistência e educação:** análise da assistência/desempenho no programa de residência universitária alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de pós-graduação em serviço social, movimento social e direitos sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Recife - PE. 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9984>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BARRETO, D. **Moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil:** reflexões sobre as políticas de gestão universitária. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128775>. Acesso em: 04 abr. 2017.

BARROS, E. **Permanência dos estudantes de origem popular na Universidade:** a bolsa moradia na UFBA. 2014. Dissertação (Mestrado e Estudos sobre a Universidade). Programa de Pós-Graduação em Estudos interdisciplinares sobre a Universidade. Salvador - BA. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16542>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BOHRER, I.; PUEHRINGER, J. O.; SILVA, D.; NAIRDOF, J. **A história das universidades: o despertar do conhecimento.** In: Jornada Nacional de Educação: e educação na sociedade dos meios virtuais, n.14, 2008. Rio Grande do Sul. Anais da 14ª Jornada Nacional de Educação: a educação na sociedade dos meios virtuais. Disponível em: <http://unifra.br/eventos/jne2008/Trabalhos/114.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.

CERQUEIRA, E.; SANTOS, A. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: IX Colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis - SC. 25 a 27 de novembro de 2009. **Anais dos Colóquios Internacionais sobre Gestão Universitária**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/35836>. Acesso em: 12 mai. 2017.

COELHO, M. **A política de assistência estudantil e a contrarreforma universitária: estudo sobre o programa de moradia universitária na universidade federal do Ceará**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7513>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FARO, A. Os desafios da assistência política de inclusão estudantil como política de inclusão. FONAPRACE, 2008, Brasília. **Anais**. Brasília, 2008, p. 1-10. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7513>. Acesso em: 12 mai. 2017.

FONAPRACE. ANDIFES. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/21032-pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 60 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GARRIDO, E. A Experiência da Moradia Estudantil Universitária: Impactos sobre seus Moradores. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v.35(3), p.726-739. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001142014>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GARRIDO, E.; MERCURI, E. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. v.17, n.1, Janeiro/Junho de 2013, p.87-95. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v17n1/a09v17n1.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

KRAMER, S. N. **The Sumerians: Their History, Culture, and Character**. Chicago: The University of Chicago press. Ltd. 1963. 385 fls. Disponível em: <https://oi.uchicago.edu/sites/oi.uchicago.edu/files/uploads/shared/docs/sumerians.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

LARANJO, T. H. M.; SOARES, C. B. Moradia universitária: processos de socialização e consumo de drogas. **Revista Saúde Pública [online]**. 2006, v.40, n.6, p.1027-1034. ISSN 0034-8910. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102006000700010>. Acesso em: 25 mai. 2018.

MACHADO, O. L. Casas de estudantes e educação superior no Brasil: Aspectos Sociais e Históricos. In: **Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior**. Recife: UFPE, 2007. Disponível em: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/13.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MOREIRA, K. **A mediação como método de resolução de conflitos interpessoais na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2012. Florianópolis-SC. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Mestrado Profissional em Administração Universitária. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100731>. Acesso em: 21 nov. 2016.

NOGUEIRA, P. UFMG entrega terceira unidade da moradia universitária em BH. **Universidade Federal de Minas Gerais**. (2018). Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/moradia-universitaria-3-e-inaugurada-na-ufmg>. Acesso em: 05 jun. 2018.

OLIVEIRA, T. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. **Varia historia [online]**. 2007, vol.23, n.37, pp.113-129. ISSN 0104-8775. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752007000100007>. Acesso em: 20 out. 2018.

OSSE, C. M. C.; COSTA, I. I. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. **Estudos de Psicologia**. v.28, n. 1, p. 115-122, Mar. 2011. Campinas. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000100012. Acesso em: 10 mai. 2018.

PERKINS, H. History of Universities. In: **The History of Higher Education**. Boston, MA: Pearson Custom Pub., 2007. Séries: ASHE reader. Tradução Ivana Martins. Disponível em: <http://www.worldcat.org/title/history-of-higher-education/oclc/190864097>. Acesso em: 20 out. 2017.

SANTOS, D. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador - BA. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SILVEIRA, M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas – Pelotas. UCPEL. Pelotas - Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://pos.ucpel.edu.br/dissertacoes-ppgps/>. Acesso em: 29 jan. 2017.

SOUSA, L. M.; SOUSA, S. M. G. Significados e sentidos das casas estudantis e a dialética inclusão-exclusão. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2009. v.29, n.1, p. 4-17 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000100002. Acesso em: 10 dez. 2016.

VIERA, J. **Avaliação política do modelo de gestão da assistência estudantil na UFRPE**: fundamentos gerencialistas e padrões mínimos na provisão de necessidades. 2015. Recife-PE. Dissertação (Mestrado em serviço social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco em Serviço Social. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17358>. Acesso em: 12 dez. 2016.

3 ARTIGO 2 MORADIAS ESTUDANTIS DA UFBA: CONSTRUÇÃO E PERMANÊNCIA

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise das casas estudantis pertencentes à Universidade Federal da Bahia, compreendendo seu processo de surgimento e sua gestão atual. Para tanto, utiliza relatos orais obtidos com servidores ligados a estas moradias como principal arcabouço de pesquisa, conjugando com a pesquisa bibliográfica a documentos históricos, dados disponibilizados pela Universidade Federal da Bahia, trabalhos produzidos sobre o tema e materiais audiovisuais (vídeos e fotografias), colhidos nas principais bibliotecas virtuais de ciências humanas. Conclui por fim, pela necessidade de melhoria e ampliação desses espaços como forma de garantir a permanência e a qualidade da educação prestada aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Moradia estudantil. Gestão universitária. Assistência estudantil. Universidade.

ABSTRACT

The present study has the objective of analyzing the student houses belonging to the Federal University of Bahia, including its emergence process and its current management. To do so, it uses oral reports obtained from servers linked to these dwellings as the main research framework, combining with bibliographic research historical documents, data made available by the Federal University of Bahia, data provided by the Federal University of Bahia, works produced on the subject and audiovisual materials (videos and photographs) collected in the main virtual libraries of human sciences. Finally, it concludes by the need to improve and expand these spaces as a way to guarantee the permanence and quality of the education provided to students in situations of vulnerability.

Keywords: Student housing. University management. Student assistance. University.

INTRODUÇÃO

Entendendo que o fortalecimento da educação é capaz de modificar o ser humano, trazendo emancipação e crescimento para o indivíduo e para a sociedade, afigura-se a importância de investimento nessa área, pois só assim haverá a transformação do panorama de desigualdade social historicamente vivenciada no Brasil. Neste contexto, o ensino superior é um fundamental mecanismo de educação, proporcionando a jovens e adultos, formação profissional e a possibilidade de ascensão cultural e social. Ocorre que, infelizmente, essa educação ainda tem seguido um modelo opressor de transmissão de conhecimento, não permitindo o acesso a todos nem a permanência dos alunos mais carentes, fazendo com que esses não tenham iguais oportunidades, repetindo o ciclo de exclusão social adotado pelo Brasil no decorrer de sua história. Diante disso, uma parcela considerável da população está à margem do nível superior de ensino, sendo necessária a solidificação de políticas públicas de inclusão e permanência.

Meszaros (2008, p. 68) nos traz que a educação não é mercadoria e que a educação formal nos últimos anos serviu apenas ao propósito de fornecer conhecimento e mão de obra para a máquina produtiva, legitimando os interesses dominantes. Desta forma, entende que a exclusão educacional não se dá apenas na dificuldade de acesso à educação, mas dentro dela, por meio de obstáculos na permanência dos alunos. Defende que o ensino deve sempre ser continuado e permanente buscando a transformação do homem, salientando que a educação, principalmente a pública, deve servir como luta contra a alienação, criando conscientização e libertação. Salienta ainda que esta não pode se sujeitar apenas a um retorno econômico, servindo tão somente para a alimentação dos interesses capitalistas que buscam doutrinar os indivíduos, mas deve ser vista como um “órgão social vital, como uma prática social inseparável do desenvolvimento contínuo e da consciência social”, sendo necessário, para isso, uma mudança dos paradigmas existentes e um envolvimento comprometido dos indivíduos participantes no processo de educação.

Pautando-se nessa necessidade de entender criticamente sobre a educação em nível superior, Chauí (2003, p. 2) nos traz importantes reflexões. Segundo ela, a reforma do Estado ocorrida nos últimos anos definiu a universidade como uma “organização social e não como uma instituição social”. Diante disso, salienta que

suas ações são direcionadas para um objetivo particular, sendo regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito, não questionando mais sua própria existência, sua função ou seu lugar diante das lutas de classes. Além disso, demonstra que a universidade pública produz um conhecimento destinado ao mercado privado, sendo instrumento de exclusão social e cultural das classes populares que não têm condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública.

Assim, a autora traz a necessidade de tornar a educação superior como um direito universal de todo e qualquer cidadão, defendendo a ampliação da capacidade da universidade em absorver os membros das classes populares, recusando-se aos ideais de privatização dos conhecimentos. Para isso é preciso: delimitar a autonomia universitária para que esta possa definir suas normas de formação, docência e pesquisa; delimitar corretamente o conceito de democratização da educação superior, articulando o ensino superior público aos demais níveis de educação, permitindo assim condições de acesso na universidade aos estudantes das escolas públicas; valorizar a docência e a pesquisa, criando novos procedimentos de avaliação que não sejam regidos pela produtividade e pela eficácia, mas por critérios de qualidade e de relevância; e, por fim, assumir uma perspectiva crítica sobre a ideia de sociedade do conhecimento e educação permanente, estimulando o avanço e desenvolvimento autônomo das universidades enquanto instituições sociais comprometidas com a vida de suas sociedades e articuladas a poderes e direitos democráticos, retirando o atual panorama no qual a universidade tem produzido conhecimento destinado ao capital financeiro, submetendo-se às suas necessidades e às suas lógicas (CHAUÍ, 2003).

Analisando o histórico de formação da educação superior no Brasil, temos que, a implementação das principais faculdades e universidades ocorreu somente nos anos de 1970, a partir da concentração urbana nas cidades buscando atender à exigência de qualificação para a inserção no mercado de trabalho (VASCONCELOS, 2010). Com a Constituição de 1988 houve a institucionalização dos direitos sociais, garantindo também a assistência social a quem dela necessite, criando uma nova concepção de educação no Brasil com a implementação de mecanismos que possibilitem o acesso e a permanência dos alunos. Ocorre que, apesar da regulamentação formal, tais direitos eram parcialmente cumpridos, gerando alta exclusão na educação superior gratuita.

Apenas nas últimas décadas, com iniciativas como: a implementação da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) que traz metas para o desenvolvimento da educação, a promulgação do Plano Nacional da Assistência Estudantil (BRASIL, 2010), que tem como objetivo utilizar a assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, ampliando e democratizando as condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal; a implementação de políticas afirmativas com a inserção de camadas historicamente excluídas da educação superior; a implantação do Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que possibilitou o aumento de investimentos na educação universitária tendo como prioridade a redução das taxas de evasão e ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil, foi possível um início de transformação do panorama excludente e elitista vivenciado pelas universidades públicas.

Contudo, ainda é necessária a consolidação das políticas de assistência direcionadas à universidade, retirando seu caráter assistencialista, não sendo visto como um favor, mas sim como um direito que garanta a satisfação das necessidades de saúde, transporte e moradia, a fim de permitir a permanência de qualidade aos alunos historicamente afastados desses ambientes, democratizando efetivamente a educação superior.

Desta forma, apesar do crescimento da educação superior pública, principalmente após as políticas acima elencadas, temos atualmente uma predominância do setor privado no mercado educacional, sendo necessário o fortalecimento da educação superior pública. Segundo estudo realizado pelo Ministério da Educação (INEP, 2016), a rede federal de ensino superior está presente em apenas 805 dos 5.570 municípios brasileiros, por meio de campi com cursos presenciais ou de polos de Educação à Distância. São 79 municípios na região Norte; 269 no Nordeste; 227 no Sudeste; 152 no Sul e 78 no Centro-Oeste. Somando tais números aos índices estaduais e municipais, temos que a categoria pública de educação superior é responsável por aproximadamente dois milhões de matrículas anuais, enquanto a rede privada apresenta uma entrada aproximada de seis milhões, sendo notória a disparidade. Assim, apesar do aumento de instituições públicas, a educação superior ainda é majoritariamente pertencente à rede privada, representando mais de 60% da educação de nível superior, sendo, portanto,

necessária uma prioridade dos recursos públicos a fim de solidificar esse direito social.

Assim, além da necessidade de aumento e fortalecimento das instituições públicas, é importante assegurar a permanência e conclusão dos estudos desses alunos.

Segundo estudos que analisam os últimos 21 anos da educação superior no Brasil, dos 447.929 ingressantes na educação superior brasileira em 1991, apenas 245.887 (55%) graduaram-se quatro anos mais tarde. Tal problema permaneceu nas gerações mais recentes, que vêm enfrentando ainda mais dificuldades para se graduarem, chegando em 2011 com uma taxa de sucesso de apenas 44%, revelando uma preocupante taxa de evasão entre os estudantes (RISTOFF, 2013).

Buscando analisar as condições disponibilizadas aos estudantes da educação superior, a IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileira (FONAPRACE; ANDIFES, 2014) constatou que 43,7% dos estudantes pertencem às classes com menores rendas (cerca de 300 mil estudantes) cujo orçamento médio familiar é de até R\$ 1.459,00. Contudo, apesar de algumas iniciativas de inserção, a dificuldade de permanecer na universidade ainda é um desafio que só pode ser vencido por meio de investimento em políticas que apoiem a permanência dos estudantes. No que se refere ao aspecto da moradia, foco deste trabalho, a pesquisa indica que 43,33% dos graduandos informaram que moravam em outra cidade antes de ingressarem na universidade. Ocorre que, desse número, apenas 2,64% reside em moradias pertencentes à universidade, seja pelo pequeno número de vagas, sejam pelas difíceis estruturas que a maioria dessas casas possui. Somando-se a tais números, temos que 42,21% do total dos alunos participantes da pesquisa elencaram possuir dificuldades financeiras para manutenção na universidade, sendo incontroversa a necessidade de políticas de apoio a esses estudantes.

Desta maneira, analisando a permanência estudantil, temos as moradias estudantis como importante instrumento apto a possibilitar a conclusão dos cursos pelos estudantes e a afiliação destes, assumindo assim, um papel importante na manutenção dos alunos na universidade. Tais espaços atuam como garantidores da necessidade de moradia dos alunos mais carentes, agindo também como local onde se estabelecem relações de afetividade, aprendizagem e referências familiares, permitindo o bem-estar físico e psicológico daqueles que nelas estão inseridos e

possibilitando a permanência do estudante na universidade pelo período de realização de seu curso (SANTOS; OLIVEIRA, 2017).

Por esse panorama, as moradias estudantis se encontram inseridas num contexto de políticas de assistência ao estudante que se encontre em situação de vulnerabilidade, devendo agregar, além da satisfação da necessidade de moradia, um conjunto de serviços, tais como: acesso à saúde, alimentação e transporte. Assim, o conjunto dessas atividades deve ser conjugado a atividades educacionais que estimulem o crescimento intelectual dos estudantes, permitindo continuação e desenvolvimento desses durante a graduação.

Analisando os números relacionados à Universidade Federal da Bahia, temos que o orçamento disponibilizado pelo governo federal para a sua gestão no ano de 2016 foi no montante de R\$ 1.481.450.286, sendo que, deste valor apenas R\$ 31.245.226 foram destinados à assistência do estudante de ensino superior. Desta forma, num universo de mais de 30.000 alunos de graduação e 5.000 mil alunos de pós-graduação, apenas 388 alunos de graduação são atendidos pelo serviço de residência distribuído em quatro unidades de moradias existentes; 470 são atendidos pelo serviço de alimentação das residências e 1.113 alunos são atendidos pelo auxílio moradia sendo, portanto, necessária uma maior destinação de recursos a esse setor (UFBA, 2016). Diante de tais reflexões, verifica-se a necessidade de mudança no atual contexto da educação superior, com a criação de estratégias que rompam com o modelo de exclusão social perpetuado durante a história brasileira, incentivando políticas de acesso das camadas populares na universidade bem como a criação de políticas de permanência que permitam a continuidade desses estudantes, fortalecendo assim a importância social e a autonomia da universidade, para a transformação e libertação dos alunos.

Pensando nisto, o presente artigo objetiva analisar a realidade vivenciada pelas casas estudantis da UFBA, compreendendo seu processo de surgimento e sua gestão atual, refletindo sobre a necessidade de melhoria e ampliação desses espaços como forma de garantir a permanência e a qualidade da educação prestada aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

METODOLOGIA

O trabalho se divide da seguinte forma: análise do histórico de surgimento e constituição das casas estudantis pertencentes à Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo tal análise realizada por meio de exame a documentos históricos, dados disponibilizados pela UFBA, trabalhos produzidos sobre o tema, materiais audiovisuais (vídeos e fotografias) e a utilização da fonte oral de pesquisa por meio da apreensão da vivência de membros da Universidade. Num segundo momento, centraliza o olhar sobre a situação contemporânea das casas estudantis, buscando trazer a realidade da assistência prestada ao estudante que reside nas casas pertencentes à Universidade Federal da Bahia.

A pesquisa possui abordagem qualitativa conjugando relatos orais desenvolvidos com servidores ligados a estas moradias, com a pesquisa bibliográfica realizada. A fonte oral inicialmente era tida como fonte de “segunda classe” por se considerar que tal fonte estava mais sujeita a equívocos do que as fontes tradicionais. Contudo, a partir da Segunda Guerra Mundial tal fonte ganha novo impulso, se mostrando como importante ferramenta visto que permite a apreensão das vivências de determinado grupo, ampliando as formas de investigação (SOUZA, 1997).

As conversas realizadas com os servidores da Universidade ligados à administração das casas buscaram conhecer a história de constituição das moradias da UFBA, a implementação destas a gestão das moradias estudantis. Buscando obter tais respostas, as conversas foram direcionadas por meio de quatro questões, abrangendo os seguintes pontos: função profissional exercida nas moradias estudantis e data de ingresso na instituição; conhecimento sobre o processo histórico de constituição das casas; atual forma de gestão das casas e principais dificuldades existentes na implementação dos serviços de moradias estudantis da UFBA. As questões buscavam apenas o direcionamento do diálogo, sendo o participante livre para abordar outros aspectos que julgasse importante tendo em vista suas experiências no âmbito das moradias estudantis. Tais diálogos foram realizados em julho de 2018, tendo sido autorizados, gravados e posteriormente transcritos, seguindo as exigências metodológicas para a pesquisa qualitativa.

Os quatro servidores participantes são ligados à administração das moradias estudantis da UFBA, sendo também pesquisadores da área. Foram adotados nomes

fictícios, quais sejam: Marta, Gabriela, Marcela e Roberto, a fim de preservar a identidade dos interlocutores, sendo inserido um código após o nome fictício, com o objetivo de identificar os locais de fala de cada entrevistado. Foram adotados os códigos: a. para docentes e b. para técnicos. Importante ainda salientar que foi adicionado o código c., como forma de identificar uma das entrevistadas, que além de servidora, foi também aluna de graduação da UFBA durante o processo de implementação das primeiras casas estudantis, tendo atuado também como gestora de políticas estudantis desta Universidade.

Após transcrição dos diálogos, os mesmos foram reunidos, iniciando-se o processo de análise do material textual produzido (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Além da análise dos documentos e artigos/textos, bem como a utilização de fontes orais já explicadas, a pesquisa também analisou materiais audiovisuais, produzidos por alunos da UFBA e divulgados na internet, que foram encontrados por meio da pesquisa realizada. Tais vídeos abordam a experiência do viver nas moradias estudantis da UFBA e as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes que utilizam esse serviço, sendo possível compreender as principais necessidades e demandas dos estudantes que utilizam tais serviços.

AS MORADIAS ESTUDANTIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA: PROCESSO HISTÓRICO

A primeira casa destinada ao abrigo de estudantes do Brasil nasce entre 1850 e 1860, na cidade de Ouro Preto (MG). Esta casa era formada por alunos e professores que se fixavam na cidade por conta da consolidação da Escola de Minas e Farmácia. Já em 1919, funda-se a República Castelo dos Nobres também na cidade de Ouro Preto, considerada a república estudantil mais antiga do Brasil. Porém, apenas na Era Vargas (1930-1945) é que as moradias estudantis começam a se tornar pauta dos movimentos estudantis do país, principalmente devido às fundações das novas universidades, entre elas, as Universidades Federais de Minas Gerais, Pernambuco e da Bahia (MACHADO, 2007).

Avaliando a história da UFBA, percebemos que seu surgimento ocorreu em 1946, sendo Edgard Santos seu primeiro reitor. A Universidade Federal da Bahia, denominada na época apenas de Universidade da Bahia, se formou com a união das Faculdades de Medicina e as escolas de Odontologia, Farmácia, Escola

Politécnica, Faculdades de Filosofia, de Direito e a de Ciências Econômicas, que eram unidades espalhadas e tinham caráter privado, recebendo apenas aporte público. As primeiras obras da UFBA enquanto instituição de ensino superior público foram a construção do Hospital Universitário, da Reitoria, a Escola de Enfermagem e a compra dos imóveis das duas primeiras residências universitárias, sendo a primeira comprada em 1950 e a segunda em 1951, situadas nos bairros do Canela e Vitória, respectivamente, mas apenas vindo a ser ocupadas como moradias anos depois (TEIXEIRA, 2010).

A assistência estudantil destaca-se entre os anos de 1951-1955, sendo criado nesse período o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) para organizar os serviços médicos, odontológico, de alimentação, alojamento, e bolsas de estudo, tendo como primeiro diretor o professor Rubens Brasil (BARBOSA, 1996).

No que se refere à satisfação da necessidade de moradia dos alunos, a Escola de Enfermagem foi pioneira nessa experiência. Criada em 1947, a Escola manteve por quase trinta anos um sistema de internato que abrigava alunas da graduação e da pós-graduação e também algumas professoras, funcionando no sétimo andar da Escola. Essa “residência” era administrada pelas professoras da Escola, tendo como objetivo principal a formação integral das jovens estudantes, considerando os aspectos sociocultural e intelectual e a preservação da saúde física e mental das alunas. Apesar de ainda não ser no molde de uma casa exclusivamente estudantil, essa foi a primeira tentativa da UFBA no sentido de atender às necessidades de moradia das alunas que vinham de outras cidades ou estados (TAHARA; WOLFOVITCH; RIGAUD, 2010). Assim, após alguns anos, o modelo de internato foi adequado, surgindo a primeira residência estudantil feminina da UFBA, pertencente à Escola de Enfermagem, localizada no Canela.

O palacete responsável por abrigar a primeira casa estudantil feminina foi comprado em 1950 e em agosto de 1956 foi inaugurada a Casa Universitária que passou a abrigar 46 estudantes do sexo feminino, funcionando no térreo da Escola de Dança. A casa possuía uma arquitetura com estilo europeu, revelando bastante riqueza. O principal salão da casa abrigava muitos eventos sociais, recebendo artistas nacionalmente conhecidos. De acordo com os registros de Barbosa (1996), constata-se que a Universidade e as moradias estudantis eram destinadas a membros da burguesia brasileira, reforçando, assim, o caráter elitista que a

educação superior possuía como se confirma no relato de uma ex-aluna da escola de dança e atualmente professora da Universidade:

“No início, o conceito era diferente. O pessoal de enfermagem morava nas áreas da Universidade. As residências eram deslumbradas. A escola de dança, por exemplo, embaixo era a escola e em cima tinha uma residência estudantil. Era no prédio na frente da atual Escola de Belas Artes. Às vezes, por alguma questão, a gente passava por dentro da residência, mesmo não sendo permitido, eu me lembro de ter passado algumas vezes. Tinha uma série de frutas nas casas, flores. Sabe uma burguesia? Até a secretária responsável, era uma pessoa da burguesia. Não era concurso, era convidada uma solteirona de alguma família burguesa em decadência que precisava de um emprego. Era uma pessoa finíssima, que com um requinte e delicadeza controlava as meninas como uma espécie de mãe superiora, com cuidado e alimentação de primeira. Assim também acontecia com as residências da Vitória. A gente ia lá fazer política estudantil, antes da ditadura. Lá tinha festa pela noite, um costume bem burguês. Havia assistência médica, dentária, tudo de primeira, aquela coisa da alta burguesia mesmo. A universidade também tinha esse estilo burguês. Porque era um status ser universitário”. (Marcela a.c., 12/07/2018).

Apesar da experiência do internato mantido pela Escola de Enfermagem, que só se transformou em uma residência universitária em 1956, em 1951 a Universidade adquire um casarão no Corredor da Vitória, local que se consolida efetivamente a primeira residência nos moldes modernos de uma casa estudantil, chamada de Casa do Universitário. Ela era destinada apenas a estudantes do sexo masculino, abrigando 76 universitários do interior da Bahia e de outros estados, pelo valor de 180 contos de réis mensais, dando direito a um quarto mobiliado e café da manhã, sendo as demais refeições servidas no Restaurante Universitário instalado nos fundos da casa (SENA, 2017). O restaurante recebia autoridades acadêmicas, políticas e culturais, além de alunos, professores e servidores da UFBA. Também foi palco de movimentos políticos de grande importância. No lugar, havia torneios esportivos, um balneário que dava acesso ao mar, bailes, cinema, palestras e consultórios odontológicos. Assim, segundo Barbosa (1996), a Residência do Universitário e o Restaurante, ambos no Corredor da Vitória, constituíam o primeiro espaço efetivo de convivência universitária, sendo a primeira experiência da Universidade que possibilitou a permanência dos alunos por meio da disponibilização dos serviços de moradia e alimentação.

Nota-se pelas Figuras abaixo (Figura 1, 2, 3) que essa experiência inicial de moradia estudantil possuía um estilo bastante elitista, estando à casa situada em uma área urbana que permanece nobre até os dias atuais. Tal fato fazia com que

fosse latente a exclusão dos mais pobres no acesso à Universidade, vez que tanto a educação quanto as políticas criadas eram voltadas aos filhos dos nobres, sendo este o público alvo, uma vez que, por não possuir uma política assistencial, as recentes moradias apenas abrigavam aqueles que possuíam condições financeiras de arcar com os custos mensais cobrados pela Universidade.

Figura 1 - Primeira residência masculina da UFBA



Fonte: UFBA (1996).

Figura 2 - Visão interna dos quartos da primeira residência da UFBA



Fonte: UFBA (1996).

A segunda residência universitária se instalou no Canela, sendo inaugurada em 1956, e dividia espaço com a Escola de Dança, conforme já citado. Essa residência nasce como um internato e posteriormente é transformada numa casa

estudantil, seguindo os moldes burgueses da Residência do Universitário instalada no Corredor da Vitória.

Na Figura 3 é possível observar a primeira moradia feminina, que funcionava num padrão semelhante aos modelos de internatos mantidos por instituições tradicionais da igreja católica.

Figura 3 - Primeira residência feminina da UFBA



Fonte: UFBA (1996).

Na década de 1960, por pressão do movimento estudantil, ocorreu a transformação da Casa do Estudante Estrangeiro em residência universitária nos moldes das outras duas já existentes, dando surgimento à terceira casa estudantil pertencente à Universidade. Esta casa estava situada no Largo da Vitória (região que fica próxima ao local onde se instalou a primeira moradia estudantil masculina) e havia sido comprada na primeira gestão do Reitor Edgar Santos (1946-1961) com o objetivo de hospedar estudantes americanos num programa de intercâmbio mantido com este país (SENA, 2017).

Em 1965, a Escola de Agronomia, situada na cidade de Cruz das Almas, foi incorporada à Universidade e, com ela, as casas pertencentes à Escola e o Restaurante que servia a estudantes, professores e funcionários. Por meio dessa incorporação, surge a primeira residência universitária no interior da Bahia.

Em 1981, inaugurou-se ainda o Restaurante Central, situado em Salvador, no bairro de Ondina, construído para atender à Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sendo este um grande investimento em infraestrutura na área da assistência ao estudante (UFBA, 1996). Contudo, esse restaurante foi fechado dez anos depois e reaberto novamente apenas em 2010.

A Figura 4 mostra a área interna do primeiro restaurante universitário que funcionava nas dependências da residência masculina, servindo como espaço de integração e convivência dos estudantes.

Figura 4 - Vista interna do primeiro restaurante universitário da UFBA



Fonte: UFBA (1996).

Apesar dos avanços em assistência estudantil consolidados na década de 1950, registra-se que, com o início da ditadura militar (1964-1985) houve grande retrocesso nessas políticas uma vez que os estudantes e professores faziam oposição ao governo ditatorial (BRITO, 2009). A Residência do Universitário, por exemplo, se exibiu como local de movimentos políticos, promovendo e auxiliando na organização das greves estudantis e rebeliões contra o ensino tradicional proposto pela Reforma Universitária encabeçado por esse governo.

Assim, por meio de violência exercida, a ditadura militar¹ buscou dissolver a convivência entre os alunos, sobretudo através da Reforma Universitária que implantou um sistema no qual apesar de ampliar o número de matrículas, limitou a ligação existente dos alunos com a Universidade, por meio da supressão e repressão dos espaços destinados à convivência coletiva, espalhando os cursos de graduação em campus situados em diferentes bairros da cidade de Salvador a fim de dificultar a mobilização dos estudantes, diminuindo assim as chances de

¹Após o golpe de 1964 muitas universidades foram ocupadas e a maioria dos professores e pesquisadores foram demitidos. Os militares acabaram por implementar uma cópia do sistema norte-americano de educação superior, culminando na Reforma Universitária de 1968 (LEI nº 5540/68). Ocorre que, devido à instabilidade política do período aliada a resistência dos grupos educacionais à reforma criou uma gestão autoritária e desorganizada que trouxe pouquíssimos avanços para a educação superior (ALMEIDA FILHO, 2007).

manifestações políticas e ideológicas. Houve também uma divisão na oferta de disciplinas por meio do sistema de créditos que fragmentou os cursos em várias unidades, sem a manutenção de um fluxo acadêmico fixo, dispersando assim os alunos pela Instituição, sem lhes permitir “a formação do sentido de identidade estudantil e solidariedade universitária” (CACHOEIRA, 2009, p. 2).

Analisando a reforma implementada pela ditadura, Marcela a.c. refere:

“A lógica começa a mudar, sobretudo após a ditadura. Durante a ditadura houve até tentativa de se fazer algumas reformas na Universidade, por conta de pegar uma agenda dos movimentos sociais. A reforma universitária era mesmo uma bandeira. Eles acabaram fazendo uma reforma, mas não como nós queríamos. Foi uma reforma nos moldes americanos, imposto de cima pra baixo, com as disciplinas fixas, tudo dentro de uma caixinha. Era uma concepção de ditadura com padrões muito fortes. Com a abertura política, vem o processo neoliberal e a assistência acaba sendo vista como um favor e não um direito, reforçando a exclusão das “maiorias”. Pra você ter ideia, até o ENEM, que a UFBA demorou a entrar no ENEM e no SISU, a gente só fazia vestibular em aproximadamente 200 municípios, sendo que a Bahia tem 417 municípios. Era uma exclusão”. (Marcela a.c., 12/07/2018).

Reforçando essa análise, Almeida Filho (2007, p. 85) nos traz que a Reforma Universitária de 1968 foi incompleta e resultou em uma “gestão mista, produzindo um sistema de formação incongruente consigo próprio”, sendo nociva, pois “conseguiu manter o que de pior havia no velho regime, trazendo o que de menos interessante havia no já testado modelo flexneriano estadunidense”. Traz ainda que as mudanças foram impostas e sem nenhum tipo de construção social, o que acarretou ainda mais danos à educação brasileira.

Após os difíceis anos de ditadura militar, o país passa por um período de transição que objetiva o retorno do regime democrático, por meio da supressão do estado autoritário que vigorava. No âmbito político, há a instituição do modelo neoliberal que busca a redução do estado regulador, por meio de equilíbrio fiscal e abertura dos mercados econômicos. Já no âmbito educacional são realizadas Conferências que buscam criar novas diretrizes para a política educacional brasileira. Como resultado dessas conferências, são propostos leis e regulamentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional da Educação, que buscavam uma mudança no pensamento vigente inserindo direitos e garantias sociais no âmbito educacional (SAVIANI, 2018).

Com o estabelecimento da chamada Nova República implementada pelo governo Sarney (1985-1990) há a instalação de um governo civil baseado na luta pela democracia. Nos primeiros anos de governo, o foco do país esteve voltado para a criação da nova Constituição de 1988, responsável pelo estabelecimento de direitos sociais, estando incluído em seu Art. 6 o direito à educação pública e de qualidade (BRASIL, 1988). Mais tarde, entre os anos de 1995 e 2003, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, o país passa por um período de privatizações que, buscando um aumento na educação de nível superior, acaba por incentivar a implantação de instituições privadas, sucateando e reduzindo os investimentos nas instituições públicas de nível superior, retirando a prioridade da assistência ao estudante, sendo essa vista como um favor e não enquanto direito. Tal conduta mais uma vez impede o acesso das camadas mais pobres ao ensino superior nas universidades públicas no Brasil, mantendo o histórico da educação elitista que sempre vigorou no país (COELHO, 2012).

Assim, apesar de algumas mudanças, a lógica da exclusão na educação superior ainda permanece, mantendo os estudantes mais pobres afastados do direito à educação, sendo, portanto, necessário o fortalecimento dessas atividades assegurando a satisfação dos direitos dos estudantes, sobretudo daqueles que estão em situação de vulnerabilidade (ALMEIDA FILHO, 2007).

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SITUAÇÃO DAS MORADIAS NA UFBA

Atualmente diplomas como a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010) asseguram a qualidade do ensino disponibilizada ao estudante. Ocorre que, apesar da importância, ainda são poucas as iniciativas, sobretudo no que tange às políticas assistenciais para a permanência do estudante carente na educação de nível superior.

Analisando a situação atual de apoio fornecido aos estudantes da UFBA, as casas criadas na década de 1960 estão em funcionamento até os dias atuais, com exceção da residência conhecida como R3, antiga residência feminina que funcionava no bairro do Canela e desativada após queda do teto em 2009, sendo os estudantes transferidos para uma pousada situada no bairro da Graça, e as

moradias situadas no interior da Bahia atualmente são administradas pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), inaugurada em 2006.

Houve ainda a criação de mais uma casa estudantil, a R5, situada no bairro da Federação, ampliando assim o número de vagas disponíveis. Nos dias atuais, a organização das casas é realizada pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), criada em 2006, visando o fortalecimento das ações voltadas às necessidades acadêmicas e de inclusão social, disponibilizando a cada semestre, editais para que os candidatos possam participar da seleção das bolsas, programas de moradia, alimentação, transporte, creche, cadastro geral, entre outros.

Assim, nota-se que, apesar de nos últimos anos a Universidade ter passado por um processo de expansão, apesar das incansáveis lutas dos estudantes pela ampliação, melhoria e continuação das iniciativas apoio à moradia estudantil, os serviços de apoio ainda são insuficientes para atender a alta demanda existente. Desta maneira, mostra-se urgente a necessidade de ampliação do serviço, a fim de garantir a assistência adequada aos inúmeros estudantes que dependem dessa assistência para se manter na Universidade.

O serviço das moradias estudantis destinados aos alunos da UFBA possui público composto por estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cuja família tenha renda de até 1,5 salário mínimo, que não tenha vínculo empregatício, não possua outra graduação (exceto na modalidade dos Bacharelados Interdisciplinares da UFBA), esteja matriculado em cursos presenciais de graduação da Universidade, na cidade de Salvador e, por fim, que sejam domiciliados no interior do Estado da Bahia ou em outros Estados da Federação (SANTOS; OLIVEIRA, 2017).

De acordo com o regimento das moradias estudantis da UFBA, o Serviço de Residência (SRU) tem por finalidade assegurar as condições para que o bolsista residente possa realizar o curso superior tendo satisfeitas suas necessidades de moradia, alimentação, assistência médica transporte, material didático e isenção de todas as taxas no âmbito da Universidade. Deve também buscar proporcionar as potencialidades dos alunos por meio de incentivos ao desenvolvimento da vida social, política e econômica, oportunizando a convivência coletiva e o espírito coletivo. Assim, além das necessidades básicas, a residência deve proporcionar o desenvolvimento e crescimento dos estudantes (UFBA, 1997).

No que se refere ao perfil dos moradores das casas pertencentes à Universidade Federal da Bahia, Barros (2014) nos traz que a maior parte dos estudantes que recebem algum tipo de auxílio permanência encontra-se na faixa etária de 21 a 30 anos e declaram-se como pardos ou negros. Em relação ao item sexo, identificou-se, no público pesquisado, que mais da metade corresponde ao sexo feminino e ingressou na Universidade no período de 2009 a 2013, sendo a maioria oriunda de cidades próximas, com nenhuma ou pouca renda auxiliar para a manutenção, necessitando assim de apoio para permanência.

Desta forma, tendo em vista que o público alvo é composto por alunos jovens que se encontram em período de formação não apenas profissional, mas também pessoal, que não possuem nenhuma renda adicional, dependendo única e exclusivamente das políticas de assistência para conseguir se manter na universidade, chama atenção para a necessidade de que essas políticas não devem se destinar apenas ao suprimento da necessidade de moradia destes alunos, abrangendo a assistência psicopedagógica, a assistência médica, de transporte e saúde, estimulando a inserção desses em atividades educacionais e culturais, possibilitando assim, a real inclusão dos estudantes. Nesse sentido:

Reconhece-se, desse modo, a moradia estudantil universitária como um tipo de assistência estudantil imprescindível para garantir a permanência dos estudantes de baixo poder aquisitivo nas IES até a conclusão do curso. No entanto, acrescenta-se a visão desse espaço como parte do ambiente acadêmico como um todo e, portanto, item expressivo da vivência acadêmica de seus moradores (GARRIDO, 2012, p. 39).

Verifica-se, a necessidade de dar condições efetivas de inclusão do estudante mais carente na universidade, disponibilizando condições reais de integração e finalização de seus estudos, mudando a lógica de “gestão de pobreza” (Viera, 2015) que hoje possuímos, no qual apenas são concedidos os direitos extremamente básicos dos estudantes a fim de aparentar uma inclusão social que não se verifica na realidade.

No que se refere à entrada dos estudantes nas casas, esta se dá por meio de uma seleção, cujo edital é realizado semestralmente por intermédio da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), sendo os alunos selecionados através de um estudo socioeconômico realizado pela equipe técnica do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE/CPAE). Durante o processo de seleção,

organiza-se a quantidade de vagas existentes em cada casa; o recebimento das documentações exigidas; avaliação do preenchimento das condições requeridas; acolhimento dos estudantes contemplados com a bolsa e, por fim, o acompanhamento pessoal do estudante para a residência adequada. Os alunos não contemplados podem (se houver preenchimento dos requisitos) conseguir um auxílio em espécie para auxiliar no aluguel de um local destinado à sua moradia e alimentação.

Por meio da forma de seleção realizada e tendo em vista a pequena quantidade de vagas disponibilizadas, percebe-se que apesar dos esforços para melhor organizar a entrada dos estudantes, tal sistematização dá continuidade ao sistema de exclusão, buscando os alunos mais pobres ou menos pobres que terão ou não direito a assistência. É preciso, nesse sentido, cobrar por um aumento em investimento público nessa área, aumentando a quantidade de moradias existentes, criando um sistema efetivamente inclusivo, capaz de oferecer apoio a todos àqueles que efetivamente necessitem, modificando o sistema mínimo que hoje vigora, tratando as demandas por assistência como políticas de estado que rompam “com a tradição conservadora, de caráter liberal (voltada ao Estado mínimo e a consequente subsidiariedade entre ele e a sociedade no campo social)” (SPOSATI, 2007).

Atualmente a UFBA conta com quatro casas estudantis que disponibilizam 397 vagas, sendo 74 na Residência 1; 24 na Residência 2; 99 na Residência 3 e 199 na Residência 5. Com relação à quantidade de estudantes por quartos, apenas a R5 possui formato de apartamento, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Esta unidade possui 50 apartamentos, sendo um adaptado, abrigando apenas duas pessoas por quarto, sendo assim, mais individualizado, proporcionando melhores condições de estadia. As Residências 1, 2 e 3 possuem formato de casas, na qual a cozinha, a sala, a área de estudo, a varanda e a lavanderia são áreas comuns a todos os moradores, cabendo a estes uma organização para que seja possível a utilização de forma harmônica, atendendo aos interesses de cada um. Nessas casas, a quantidade de pessoas depende do tamanho do quarto, existindo quartos com no máximo 5 e no mínimo 2 pessoas (SANTOS; OLIVEIRA, 2017).

Também é necessário pensar que a forma de disponibilização das casas deve estimular a convivência adequada aos estudantes, permitindo a criação de laços que facilitem a socialização e afiliação dos estudantes e não o isolamento ou a produção de conflitos como hoje ocorre. Devido ao escasso número de vagas nas casas, os

moradores têm que dividir o espaço com número considerável de pessoas o que ocasiona diversas demandas entre eles. Osse e Costa (2011) nos trazem que os frequentes conflitos de relacionamento existentes no âmbito das moradias estudantis sendo estes relacionados à convivência cotidiana, somados a complexidade das relações existentes nesses ambientes.

Nesse sentido, a forma como ocorre à administração dos conflitos nas instituições de ensino superior brasileira raramente produz resultados construtivos para a instituição, por se tratar de processos de ganha-perde, nos quais nenhuma das partes fica totalmente satisfeita com os resultados. Os conflitos que não possuem viés disciplinar como, por exemplo, as falhas de compreensão; desentendimentos; casos de desonestidade; negligência; apego exagerado às próprias opiniões e às próprias crenças; falhas no estabelecimento de limites; má conduta numa situação de conflito e vários outros tipos de problemas de relações interpessoais, geralmente são encaminhadas para as ouvidorias públicas das Universidades a fim de que haja uma solução. Ademais, apesar da autonomia administrativa, as instituições de ensino superior brasileiras acabam por não gerir da melhor forma suas demandas, dando ensejo a situações que muitas vezes atrapalham o andamento das atividades destas, sobretudo no âmbito das moradias estudantis, visto que nesses locais a convivência é contínua e por um longo período.

Assim, há de se trabalhar melhores iniciativas para garantir a autonomia e a eficácia das resoluções de conflitos nas moradias estudantis, dando destaque à necessidade de inserir uma estrutura na qual, situações conflituosas possam ser resolvidas de forma menos traumática e mais eficaz. A concretização dessa proposta demonstrará que os gestores estão atentos à presença dessas divergências e, também, estão preocupados com a gestão de pessoas dentro da instituição, criando uma cultura de diálogo e colaboração no referido ambiente. Nesse sentido (FALCÃO; MILANO, 2004, p. 11) asseveram que:

Daí decorre a necessidade de serem desenvolvidos modelos que contemplem a visão acadêmica estratégica, nos quais os segmentos organizacionais de apoio e de foco institucional, a interação sistêmica entre eles, a coordenação horizontal e o nível de abertura à movimentação dos fluxos de demandas representem uma mudança efetiva e de resultados na solução de demandas nas instituições educacionais.

Com relação ao período de estadia, os estudantes podem permanecer nas residências por até três meses após a sua colação de grau, sendo possível pedir a prorrogação desse prazo uma única vez pelo mesmo período. A dilatação será analisada por uma comissão responsável composta por integrantes da própria residência com acompanhamento da PROAE. Essa extensão do período de tempo tem como objetivo permitir a organização dos estudantes a fim de que esses não fiquem desamparados logo após a conclusão do curso (UFBA, 1997).

Nesse aspecto, cabe refletir que ao estudante recém-formado não é dado o apoio devido que o ajude a se inserir no mercado de trabalho, sendo-lhe retirada a assistência poucos meses após a formatura sem que estes muitas vezes tenham condições de se manter. Entende-se que tal atitude ocorre em função do diminuto número de vagas, mas é preciso refletir sobre as necessidades desse jovem recém-formado, que nem sempre é imediatamente inserido no âmbito profissional, sendo necessário um auxílio mais efetivo nessa transição.

No tocante à gestão das moradias, a partir da criação do Regimento Geral dos serviços de residência universitária (UFBA, 1997), foi possível uma maior organização dos espaços, adotando uma gestão que possibilita a organização das casas com a participação dos estudantes por meio de comissões estudantis. Marta b. descreve que o processo de criação do regimento foi uma tarefa árdua, mas de suma importância para a coordenação das casas, relatando que:

“O primeiro Pró-reitor foi uma pessoa que mudou muito a estrutura das residências e da PROAE. Ele conseguiu com reuniões que durava a noite toda, às vezes entrando até pela madrugada, montar esse regimento. A partir desse regimento as coisas tomaram um novo rumo e foram criadas comissões nas casas. Tinha as representações ligadas às residências, que era uma representação geral e tinham representantes das comissões. Tinha a comissão de hospedagem, de alimentação, de higiene e limpeza, de saúde, etc.. Essas comissões ajudavam na administração geral, permitindo uma ligação entre os estudantes e as instâncias da UFBA”. (Marta b., 09/07/2018).

Assim, a partir da vigência do Regimento, foi realizada a regulamentação da administração das moradias estudantis, ordenando as demandas mais recorrentes. Nesse sentido, ficaram estabelecidos os deveres e direitos dos alunos moradores, sendo assegurada a gestão participativa destes por meio de comissões de representantes, que atuam como agentes facilitadores do diálogo entre a administração e os estudantes, colocando em destaque as necessidades destes.

Essas comissões foram criadas com a participação da representação dos funcionários responsáveis e estudantes engajados nas questões estudantis, permitindo a participação destes nas principais demandas. Diante disso, a gestão das casas é chamada de cogestão, na qual aquilo que compete ao administrativo como aquisição, compra, pagamento de despesa, funcionários, etc., é de competência da PROAE, e a parte da organização da rotina das casas é uma autonomia política dos estudantes na qual a administração não interfere (SANTOS; OLIVEIRA, 2017).

Tem-se que tal modelo é denominado de gestão participativa, consistindo na reunião “de condições organizacionais e comportamentos gerenciais que provocam e incentivam a participação de todos no processo de administrar. Visando através dessa participação, o comprometimento com os resultados” (BRISOL; SANTOS, 2013, p. 2). Tal gestão assume na Universidade um papel importante, pois permite a participação de alunos, servidores e professores instigando a motivação, a cooperação e a liberação do potencial criativo dos envolvidos na resolução das principais demandas, devendo, dessa forma ser estimulada por produzir soluções adequadas e efetivas.

Traçado o panorama histórico e a situação atual das casas e da assistência prestada ao estudante nota-se que, atualmente, o benefício da Residência Universitária reúne os espaços de moradia e convivência, permitindo a permanência durante o curso de graduação. Esse serviço é direcionado principalmente a estudantes do interior da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador, incluindo a disponibilização de café da manhã nas próprias residências e almoço e jantar nos Restaurantes Universitários.

Além desses serviços disponibilizados pela Universidade, fortalecendo as iniciativas no âmbito das atividades destinadas à permanência dos estudantes, há, ainda, o Programa Bolsa Permanência, gerido pelo Ministério da Educação, que concede bolsa para estudantes dos cursos de Medicina e Engenharia de Minas que estejam em situação de vulnerabilidade social e econômica, sendo o auxílio no valor de R\$ 400,00, existindo também um auxílio disponibilizado aos estudantes que se declararem indígena e quilombolas com bolsa correspondente ao valor de R\$ 900,00 durante toda a realização do curso (BARROS, 2014). Tais atividades compõem a rede de assistência prestada ao estudante em situação de vulnerabilidade, como forma de proporcionar a permanência destes durante o curso de graduação.

Com relação ao acesso ao ensino superior de quilombolas e indígenas, por meio das ações afirmativas, tem-se que tal fato representa uma conquista no que tange aos direitos sociais. Atualmente, são várias as vias de ingresso destes segmentos nas universidades, podendo ocorrer por meio da ampla concorrência, por meio do sistema de cotas ou reserva de vagas. Entretanto, apesar do direito conquistado, a permanência ainda apresenta dificuldade, sobretudo por atitudes discriminatórias, sentimento de não pertencimento e a indiferença com relação à presença destes no espaço universitário, fazendo com que muitos não deem continuidade à sua trajetória acadêmica (SANTOS; CONCEIÇÃO; FERNANDES, 2015). Assim, o auxílio à permanência dessas categorias hipervulneráveis (visto que se enquadra em mais de um grupo de exclusão, necessitando assim de maior atenção estatal) como os quilombolas e indígenas se demonstra como de fundamental importância visto que tais grupos foram historicamente subjugados e excluídos da maioria dos direitos inerentes aos cidadãos, devendo, portanto, ser disponibilizado recursos financeiros e acompanhamentos específicos que permitam a finalização dos estudos desses estudantes.

Diante da situação de assistência apresentada, percebe-se que muito se avançou nos últimos anos com relação ao apoio destinado aos estudantes, sobretudo após os investimentos trazidos pela criação do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 2007 (BRASIL, 2007) que teve por objetivo reestruturar a educação superior por meio de ações que permitam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

Contudo, há ainda uma longa caminhada a fim de solidificar tais direitos, efetivar e impedir o retrocesso das ações, devendo ser defendida uma política de assistência que se figure como política pública primordial no país, universalizando o acesso e garantindo a permanência dos estudantes na universidade.

OS DESAFIOS E AS NOVAS PERSPECTIVAS DAS MORADIAS ESTUDANTIS

Os direitos sociais buscam resolver as questões que representam situações de desigualdades sociais, permitindo aos indivíduos o exercício de direitos

fundamentais, assegurando-lhe uma vida digna, por meio da proteção e garantias dadas pelo estado de direito. Esses direitos estão previstos em diversos diplomas legais tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e na Constituição Federal do Brasil.

A maioria dos direitos sociais foi conquistada ao longo do tempo graças a reivindicações e lutas dos movimentos sociais. Esses direitos visam a garantia da igualdade, liberdade e dignidade entre todos os seres humanos. O direito a educação é um dos direitos sociais protegidos constitucionalmente e que deve ser assegurado a todos os cidadãos (COSTA; FIUZA, 2015).

Com isso, diante do panorama apresentado, afigura-se que as políticas de assistência estudantil são direitos sociais essenciais para garantir a permanência do estudante, devendo estar inseridas numa lógica que satisfaça não apenas as necessidades de moradia, mas também crie uma rede de subsídios, disponibilizando ao estudante a garantia de serviços de saúde, bem como o incentivo a atividades que os auxiliem no desenvolvimento acadêmico, uma vez que ao terem suas necessidades primordiais satisfeitas por meio das políticas de assistência, os estudantes beneficiados apresentem um aproveitamento acadêmico satisfatório, possuindo aprovação em todas as disciplinas cursadas, com notas semelhantes aos não moradores, sendo possível a plena integração do estudante, a formação adequada destes e a conseqüente diminuição dos números de evasão (ARAUJO; MORGADO, 2009).

Costa (2016, p. 62), analisando a relação entre a assistência estudantil e o desempenho acadêmico de discentes do Instituto Multidisciplinar em Saúde, Campus Anísio Teixeira da UFBA, entende que:

Os alunos entrevistados relacionaram a melhoria do seu desempenho acadêmico ao recebimento dos auxílios, levando em consideração que após a assistência estudantil, tiveram condições de uma moradia melhor, alimentação e transporte. Relataram ainda, que o fato de não precisarem trabalhar ou depender do sustento dos pais, deu a eles mais disposição para os estudos e oportunidade de participarem de atividades acadêmicas.

Nesse sentido, é preciso retirar o caráter assistencialista das políticas de auxílio ao estudante, visualizando-as como forma de investimento em educação, sendo destinada uma prioridade pública a esse setor, promovendo a emancipação

dos estudantes por meio da inclusão social entendendo que ao satisfazer as necessidades básicas dos estudantes, é possível estimular o desenvolvimento acadêmico dando-lhes reais condições de acesso e permanência na universidade.

Contudo, para que a universidade cumpra o seu papel social, é preciso repensar os pilares atuais da educação, modificando alguns conceitos. Nesse sentido, Freire (2016) defende a capacidade emancipatória que a educação possui, asseverando que a verdadeira liberdade dos indivíduos só é alcançada numa pedagogia em que o oprimido possa conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. Diante de tal reflexão, é preciso que a universidade crie mecanismos assistenciais que incentivem o crescimento e libertação dos estudantes, produzindo uma real inclusão dos indivíduos historicamente excluídos.

No mesmo sentido, Santos (2004, p. 23) demonstra que nos últimos anos a universidade passou por diversas crises que culminaram na perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas, com a conseqüente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas, abrindo-as à exploração comercial, transmitindo os recursos públicos no investimento de instituições privadas, mercadorizando assim a universidade. Diante disso, “a universidade se afasta de seu papel principal, tendo uma produção ineficiente, uma burocracia desarrazoada, uma falta de compromisso social e uma apatia no que diz respeito a questões sociais”. Frente a tal situação, urge a necessidade de repensar a universidade, reafirmando sua legitimidade por meio da democratização no acesso e solidificação de políticas de extensão, incentivando a produção de um conhecimento que possa ser aplicado fora das universidades, promovendo o desenvolvimento social e a democratização interna e externa, sendo necessário para isso, que o estado dê prioridade a universidade pública.

Em outro trabalho, Santos (1994) analisa ainda que é preciso o incentivo a universidade das ideias na qual deve promover a discussão transdisciplinar, debatendo e buscando soluções para suas crises vivenciadas; busca pelo equilíbrio das ciências a fim de que uma não se sobressaia em detrimento de outra; estímulo de atividades extraclasse, criando um conhecimento que sirva às demandas sociais; democratização da universidade, com inclusão e permanência da população mais carente; incentivo a uma responsabilidade social com vistas à transformação da universidade; aumento da autonomia e, por fim aumento da permanência institucional.

Levando em consideração a necessidade de construção de uma universidade pautada em desenvolvimento social e inclusão, Santos (2009) traz a ideia de igualdade material na qual as oportunidades devem ser concedidas de forma igualitária, postulando a necessidade de criação de uma permanência qualificada que leve em conta a entrada dos alunos mais carentes e a satisfação das condições materiais que possibilitem a subsistência desses estudantes, sendo assim, uma permanência material (satisfação das necessidades) e simbólica (relacionada ao pertencimento). Nesse sentido:

Entendendo a permanência como a possibilidade de permanecer nos estudos até o final do curso, preferencialmente com qualidade suficiente que lhe permita a transformação individual e social e, com vistas aos estudos na pós-graduação, nos parece obvio que ela não pode ser resumida ao assistencialismo. Também devendo ser pensada como política efetiva de estado, no sentido de garantir trajetória dos alunos. Desta forma, é preciso debater não apenas a inclusão dos grupos vulneráveis, mas também as condições materiais ao estudo tais como moradia, alimentação, transporte, como também a permanência simbólica que é a sobrevivência no sistema de ensino (SANTOS, 2009, p. 79).

Diante das análises até aqui realizadas, percebe-se que em boa parte das universidades brasileiras os estudantes não têm acesso à inclusão efetiva, sendo o sistema de auxílio estudantil residual e omissivo às reais necessidades desses estudantes, que passam por inúmeras dificuldades, causando-lhes prejuízos acadêmicos e muitas vezes físicos, sendo necessária prioridade pública na universidade. Apesar das dificuldades enfrentadas e da necessidade de mudança, fica evidente que houve um aumento nas políticas de assistência estudantil nos últimos anos, sobretudo após a implantação do REUNI, sendo possível a melhoria na situação da assistência prestada aos alunos. Desta maneira vê-se que, no âmbito da Universidade Federal da Bahia, de acordo com as entrevistas realizadas, é possível perceber o avanço nesse setor, como se demonstra:

“A UFBA, como as universidades brasileiras que seguiam o padrão de Coimbra, sempre foi uma universidade muito fechada, casa do conhecimento, só entra quem faz o vestibular e tem o nível x, y, z pertencente a certa burguesia, de maioria branca. Claro que tinham negros que participavam, mas sempre foi muito pouco. Salvador tem quase 80% de negros e a UFBA tinha até 2000 quase que 75% de brancos. Então você vê a “mancha branca” que era a UFBA. Com o REUNI isso mudou muito. A gente sempre teve os residentes fazendo pressão pela assistência, mas não havia ações efetivas. Com o REUNI e as políticas de cotas, isso passou a ter um outro dimensionamento e a assistência passa a ser vista como um direito. Na hora que o governo bota você que é pobre, que veio de um corte

da sociedade, que normalmente não acessava a universidade, nós temos alunos que não tem dinheiro nem para a passagem e as vezes ficam duas ou três semanas sem vir para a universidade por falta de dinheiro. É preciso atentar para esses alunos. Quando eu digo universidade, eu digo estado, o MEC, que deveriam ter a obrigação de dar para a universidade verba para cuidar dos alunos. Então isso mudou muito. Nós não tínhamos uma tradição dessa responsabilidade, pelo menos é o que eu sentia. Antes das mudanças do REUNI, eu via como se as pessoas entendessem a assistência como um favor para aqueles que são pobres. Não podia nem se divulgar quem era cotista e quem não era. Com a mudança, os próprios cotistas passaram a exigir essa divulgação para que houvesse uma fiscalização social. Claro que a instituição cria mecanismos de saber se você é pobre ou não mas a sociedade tem que acompanhar e tem que ter transparência. Eu ouvi isso de um grupo indígena que numa reunião logo que eu assumi, eu fui para um encontro de estudantes indígenas e eles disseram que queriam a divulgação dos que recebiam auxílio, para que pessoas pudessem saber quem era realmente aldeado. Isso muda. Veja só, uma coisa que era proibido de fazer passa a ser exigido pelos alunos. Então com isso há uma mudança e nós ainda não mudamos o bastante a mentalidade da universidade para essa nova realidade". (MARCELA a., 12/07/2018).

Dialogando com tal visão, Almeida Filho (2007) elenca que a renovação da universidade terá que avançar além do desenvolvimento moral (como a universidade escolástica), do desenvolvimento cultural (como a universidade de arte-cultura), e do desenvolvimento econômico (como a universidade de pesquisa), para alcançar o verdadeiro desenvolvimento social sustentável, implicando na construção de uma universidade comprometida na produção crítica do conhecimento, priorizando o valor humano. Diante disso, traz que o REUNI representa um poderoso indutor de eficiência institucional e de qualificação pedagógica, contribuindo para reduzir a dívida social do ensino superior. Nesse contexto, o projeto UFBA Nova que busca introduzir na educação superior maior mobilidade, flexibilidade, eficiência e qualidade, visando à compatibilização com as demandas e modelos de educação superior do mundo contemporâneo, também surge como importante passo para a construção de uma mudança no panorama atual.

Assim, apesar da necessidade de avanço e solidificação das políticas assistenciais, também se evidencia uma maior preocupação no atendimento das demandas dos alunos residentes, tendo a UFBA uma equipe multidisciplinar responsável pela análise das demandas existentes, buscando prestar um atendimento integral ao aluno. Nesse sentido temos que:

"A PROAE hoje tem uma equipe muito boa, que antes não existia. Antes só tinha os assistentes sociais que tinham que se virar para encaminhar os alunos nas necessidades. Nós temos um setor pedagógico que acompanha

o desempenho dos alunos para ver se eles estão tendo algum problema. Também temos o psicólogo, que faz o acompanhamento, enfermeiras, etc. Essa mudança ocorreu porque a demanda também cresceu. Então houve essa mudança, apesar do número de vagas ter permanecido o mesmo. Houve também um acréscimo do auxílio moradia que antes também não existia. Hoje quando a pessoa tem algum familiar em Salvador ou um grupo de amigos, ele pode optar por essa bolsa que é uma forma de dividir despesas com o valor que recebe de uma bolsa. Esses estudantes também são acompanhados pela PROAE e geralmente almoçam no restaurante universitário". (MARTA b., 09/07/2018).

Desta maneira, assim como Marcela a.c. (2018) e Almeida Filho (2007) apontam, podemos sopesar que, ao longo dos anos, a assistência muda o seu viés, passando de uma perspectiva de atenção às necessidades burguesas, passando atender aqueles que não eram anteriormente alcançados pela universidade. Assim, a assistência ao estudante assume um papel de possibilitar a permanência destes, assegurando a continuidade dos estudos daqueles que outrora estavam excluídos da educação superior. Contudo, apesar da mudança de perspectiva ocorrida nos últimos anos, é possível inferir que ainda há um longo caminho a fim de possibilitar a real democratização do ensino superior.

Desta maneira, apesar da modificação de alguns aspectos, sendo dada uma maior atenção aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade, ainda há muito a ser feito, visto que são inúmeros os transtornos vivenciados pelos alunos que necessitam desse serviço. Tais demandas foram expostas no TV UFBA (2015), sendo destacadas dificuldades como: problemas de convivência falta de estrutura nas casas, problemas de solidão e saudade de casa etc. No mesmo sentido, estudantes relataram também em outra oportunidade problemas como: dificuldade de adaptação ao curso e às casas estudantis, dificuldade de conviver com a diversidade de pessoas que existem nas casas e dificuldades financeiras (TV UFBA, 2013).

Destaca-se também que, o baixo orçamento disponibilizado para esses serviços e os recentes cortes realizados no âmbito da educação em consequência da situação política e econômica do país acaba por dificultar a organização e desenvolvimento desses espaços, gerando inúmeros prejuízos aos que dele necessitam. Nesse sentido, temos que, inúmeras são as dificuldades enfrentadas pelos alunos durante a estadia, como revela Marcela a.c.:

"Para mim assistência estudantil não é um favor, é um direito, uma obrigação. Pense, você recebe um aluno, com 18 anos, vindo do interior, os

indígenas, por exemplo, para sair da aldeia há toda uma preparação, medo de vir para a cidade grande. Eu plantei na época a bolsa acolhimento, porque eu entendia que o aluno que acabou de entrar, que entrou por cota, que tem necessidade de apoio e não pode levar 6 meses as vezes para receber um auxílio. Isso porque toda a comissão tinha que analisar se ele era mais pobre ou menos pobre, ou seja, a gente fica medindo miséria. Um aluno que tem renda per capita de 450 reais é mais rico que um que tem uma renda de 300. Ora, na verdade um é um pouquinho menos miserável que o outro, não mais rico. Então você fazer essa distinção é muito complicado. Se você chegou a esse patamar de condições mínimas, que abaixo disso você é cotista, todos que preenchessem essas condições deveriam ter esse suporte. Tem que investir para que haja condições de se fazer isso, preenchendo as necessidades de alimentação, transporte, moradia, etc. Eu vi depoimentos muito sérios. Gente que não tinha sabonete e pegava de banheiros das escolas. Vi gente que com o auxílio que recebia ainda enviava dinheiro para família que era extremamente necessitada. É um problema sério que deveria ser melhor acompanhado”. (Marcela a.c., 12/07/2018.).

Conforme já se demonstrou, a entrada daqueles que antes eram excluídos, a exemplo de pobres, negros e indígenas, da educação superior não é suficiente para promover a real inclusão destes, visto que é preciso dar-lhes condições efetivas de permanência e afiliação na universidade, contribuindo para diminuir a evasão escolar. Para isso, é preciso que seja dada prioridade pública a essa demanda, abordando a assistência social como política pública que juntamente com a saúde e a previdência se mostram como arcabouço de seguridade brasileira aptos a garantir os principais direitos sociais que possibilite uma vida digna aos indivíduos (VASCONCELOS, 2010).

Confirmando a importância das casas estudantis, Marta b. nos traz que:

“Eu entendo que antes do auxílio moradia, as residências eram a única solução. O estudante que vinha do interior não tinha como o aluno estudar sem esse apoio. Hoje existem grandes profissionais que moraram em residência. Dr. Antonio Nery, por exemplo, foi aluno de residência. Tem médicos e outros profissionais maravilhosos que vieram da residência. Eu acho que é um investimento com retorno garantido. Primeiro que normalmente são excelentes alunos, participativos e atuantes na universidade e de modo geral são bem sucedidos na universidade e depois na área profissional, embora as pessoas tenham uma visão distorcida da residência. Hoje recebemos alunos já formados que vêm contar a importância da residência em sua vida. Claro que não é fácil, principalmente você tendo que morar num quarto com no mínimo 3 pessoas desconhecidas, com hábitos diferentes, a questão religiosa que interfere também. Mas se você só tem essa opção e você tem um sonho, você vai adiante. O que mais me surpreende é que são sempre pessoas que se dão bem adiante. Tem uma ex-moradora que sempre aparece aqui. Hoje ela mora em Belém e é professora. São histórias riquíssimas. Todos falam que não foi fácil viver em moradia, mas também falam que sem ela, eles não conseguiriam. É claro que falta estrutura, principalmente nas casas mais antigas, diferente da casa do Canela que já foi construída para ser uma residência, com quarto para apenas duas pessoas. As casas mais antigas

foram adaptadas e muitas vezes possuem problema de estrutura, de vazamento e até pintura mesmo". (Marta b., 09/07/2018).

No mesmo sentido dos trechos acima, Vargas (2010), analisando a realidade de egressos que foram assistidos por algum tipo de auxílio disponibilizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, demonstra a relevância do apoio socioeconômico ao estudante pobre não apenas como mecanismo de ampliação das oportunidades de permanência na universidade, mas também como meio de diminuição das desigualdades sociais, por permitir a mobilidade educacional e ascensão social após a graduação. Nessa perspectiva, afirma que:

O apoio socioeconômico ao estudante das classes populares beneficia não apenas os indivíduos diretamente alcançados, possibilitando a eles o acesso a uma formação de qualidade, como também contribui para tornar a sociedade menos desigual. Dessa forma, ao garantir assistência socioeconômica a universitários, que a despeito de condições sociais e econômicas adversas, passaram por um processo de superseleção e ingressaram em instituições públicas de ensino superior, as universidades estão também cumprindo sua missão de socializar o saber e diminuir as desigualdades sociais (VARGAS, 2010, p. 14).

De acordo com tais afirmativas, é preciso que as políticas assistenciais não sejam usadas como forma residual, devendo ser vista como essenciais para a formação adequada dos estudantes proporcionando não apenas a satisfação das necessidades básicas, mas ainda o estímulo ao desenvolvimento social e educacional dos alunos por meio de práticas extracurriculares como atividades políticas de cultura e esporte.

Assim, é preciso investir nesses espaços, proporcionando uma maior qualidade de vida aos estudantes que necessitam desse serviço, sendo necessários investimentos nas estruturas físicas, bem como o incentivo de atividades que permitam a integração e o desenvolvimento social, cultural e político dos estudantes, garantindo o não retrocesso dos avanços estabelecidos e lutando para que estes ambientes atuem como proporcionadores de desenvolvimento, sendo um ambiente integrado às funções da universidade, tendo em vista a importância destes na formação dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as análises realizadas, podemos inferir a necessidade de solidificação e expansão das políticas de assistência estudantil, como forma de assegurar a permanência e o eficaz desenvolvimento dos estudantes, sobre aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Notou-se que a educação superior brasileira ainda é primordialmente privada, sendo por vezes excludente e elitista visto que não permite o amplo acesso e permanência da população mais carente, sendo necessária uma prioridade pública nesse setor, com o objetivo de modificar a realidade atual.

Apesar do início de mudança com a implementação de projetos que buscam ampliar o acesso e favorecer a permanência da população mais pobre na universidade, ainda é preciso ampliação da quantidade de alunos alcançados, permitindo a universalização da assistência no âmbito da educação superior.

Desta forma, analisando especificamente a situação das moradias pertencentes à UFBA, buscou-se analisar o panorama histórico de surgimento das casas, as políticas assistenciais atuais adotadas por essa universidade, refletindo por fim, acerca das dificuldades e necessidade de melhoria desses ambientes como forma de proporcionar aos estudantes uma graduação capaz de suprir não apenas suas necessidades acadêmicas mas também as demandas extracurriculares, permitindo o desenvolvimento cognitivo, psíquico e social destes.

Assim, diante deste panorama histórico e tendo em vista a situação da assistência prestada aos estudantes hipossuficientes, defende a necessidade de aumento e solidificação das políticas de assistência prestada aos estudantes, como forma de permitir a adequada continuidade de seus estudos, proporcionando também crescimento educacional, profissional e social dos estudantes, construindo assim, uma universidade verdadeiramente inclusiva e agente de transformação social, passando de uma educação não inclusiva e repetidora para uma educação que valorize as ideias e promova o desenvolvimento psíquico, social e cultural dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO N. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília, Salvador: Editoras UNB, EDUFBA; 2007.

ARAUJO, D.; MORGADO, M. A. Educação e Juventude: um panorama da assistência estudantil e de seus usuários na UFMT (Cuiabá). 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Cuiabá - MT. 2009. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_com_pleto_160.pdf. Acesso em: 12 abr. 2017.

BARBOSA, N. **Universidade Federal da Bahia, Prefeitura do Campus Universitário**. 1996. Disponível em: <http://www.residencia.ufba.br/historia/principal.htm>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BARROS, E. **Permanência dos estudantes de origem popular na Universidade: a bolsa moradia na UFBA**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre a Universidade). Programa de Pós-Graduação em Estudos interdisciplinares sobre a Universidade. Salvador - BA. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16542>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Decreto-Lei N° 6.096 de 24 de abril de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 23 mai. 2017.

_____. Decreto-Lei N° 7234 de 19 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 23 mai. 2017.

BRISOL, F.; SANTOS, G. PERSPECTIVAS SOBRE GESTÃO PARTICIPATIVA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA. **I Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas – II CONAPE**, Francisco Beltrão/PR, 02, 03 e 04 de outubro de 2013. Disponível em: http://cac.php.unioeste.br/eventos/conape/anais/ii_conape/Arquivos/adm/Artigo16.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

BRITO, A. Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias. In: **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/169/4/Ditadura%20militar%20na%20Bahia.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

CACHOEIRA, L. **Manifesto um sentimento de Luta & Prazer – RU um Corredor da Vitória!** 2009. Disponível em: <http://residenciasuniversitariasdaufba.blogspot.com.br/2009/10/manifesto-um-sentimento-de-luta-prazer.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação [online]**. 2003, n.24, pp.5-15. ISSN 1413-2478. DOI: dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2018.

COELHO, M. **A política de assistência estudantil e a contrarreforma universitária: estudo sobre o programa de moradia universitária na Universidade Federal do Ceará**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7513>. Acesso em: 20 mar. 2017.

COSTA, M. **Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico dos discentes do Instituto Multidisciplinar em saúde, campus Anísio Teixeira da Universidade Federal da Bahia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos sobre a Universidade). Programa de Pós-Graduação em Estudos interdisciplinares sobre a Universidade. Salvador - BA. 2016.

COSTA, L.; FIUZA, S. O direito à assistência social: o desafio de superar as práticas clientelistas. **Revista Portal de periódicos da UEL**. n 2, 17, p. 64. 2015. DOI: 10.5433/1679-4842. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/19220/17687>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FALCÃO, E.; MILANO, M. Funcionalidade burocrática nas universidades federais: conflito em tempos de mudança. **Revista de Administração Contemporânea**. v.8 n.2, Apr./June. 2004. Curitiba. On-line version. ISSN 1982-7849. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552004000200010&script=sci_arttext. Acesso em: 13 mar. 2016.

FONAPRACE. ANDIFES. **IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras.** 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/21032-pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 60 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GARRIDO, E. **Moradia estudantil e formação do (a) estudante universitário (a).** 2012. Campinas - SP. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Psicologia Educacional. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2012. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_f316a3189f34773cd15daaa3c4ac4fb1. Acesso em: 23 nov. 2016.

INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. 2016.** Ano base 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 20 mai. 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MACHADO, O. L. Casas de estudantes e educação superior no Brasil: Aspectos Sociais e Históricos. In: **Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior.** Recife: UFPE, 2007. Disponível em: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/13.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MESZAROS, I. **A educação para além do capital.** 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Tradução de education beyond capital.

OSSE, C. M. C.; COSTA, I. I. Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. **Estududos de psicologia** (Campinas), v.28, n.1, p.115-122, Mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X201100010001. Acesso em: 10 mai. 2018.

RISTOFF, D. (Org). Vinte e um anos de educação superior expansão e democratização. **Cadernos do GEA.** n.3 (jan./jun. 2013). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez Editora, 2004 (3ª edição).

_____. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. Edições Afrontamento (1ª edição, 1994). Prémio Pen Club Português (Ensaio). Também publicado no Brasil, São Paulo: Editora Cortez, 1995 (4ª edição).

SANTOS, D. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador - BA. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11778>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SANTOS, F. C. R.; OLIVEIRA, L. S. Assistência estudantil e o acesso a benefícios: relato de experiências no atendimento aos estudantes que pleiteiam o acesso à moradia estudantil UFBA. **II ENCONTRO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: Lutas e resistências na defesa dos direitos sociais**. 20 e 21 de julho de 2017. Salvador, Bahia. Disponível em: <http://www.cress-ba.org.br/servicosocialnaeducacao>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SANTOS, M.; CONCEIÇÃO, W.; FERNANDES, A. A inserção e permanência dos povos indígenas e de quilombolas na universidade federal do sul e sudeste do Pará. **In: I Seminário de Projetos Integrados**. UNIFESSPA - 21 a 25 de Setembro de 2015. P. 1-4. Pará, 2015. Disponível em: https://jepe.unifesspa.edu.br/images/arquivos/anais/Marcos_Antonio_Silva_dos_Santos.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

SAVIANI, D. Política educacional após a ditadura militar. **Revista Histerdbr online**. Campinas, v.18, n.2 [76], p.291-304, abr/jun. 2018. ISSN: 1676-2584. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795/18233>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SENA, M. C. P. **Residência universitária nº 1: projeto de moradia e intervenção**. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Salvador, Salvador, Bahia, 2017.

SOUZA, C. M. A incorporação de relatos orais como Fontes na pesquisa histórica. **Textos e debates** - UNESP. São Paulo, Nº4, 1997. Disponível em: <file:///C:/Users/Manu/Downloads/986-3478-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2018.

SPOSATI, A. ASSISTÊNCIA SOCIAL: DE AÇÃO INDIVIDUAL A DIREITO SOCIAL. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC** n.10, jul./dez. 2007.

Disponível em: http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf. Acesso em: 19 nov. 2018.

TAHARA, Â.; WOLFOVITCH, C.; RIGAUD, H. ESCOLA DE ENFERMAGEM TRAJETÓRIA DE LUTAS E ÊXITOS — 1946-2008. In: TOUTAIN, L.; SILVA, R. (orgs). **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI**. Memorial, v. 1, SALVADOR: EDUFBA, 2010, p. 313-366.

TEIXEIRA, R. O caminho. In: TOUTAIN, L.; SILVA, R. (Orgs). **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI**. Memorial, v. 1, SALVADOR: EDUFBA, 2010, p. 61-91.

TV UFBA. **Como é viver na residência universitária**. Material audiovisual. Salvador. 2015. (15m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pQLsr1u1-8U>. Acesso em: 10 jun. 2018.

TV UFBA no ar. Material audiovisual. Salvador. 2015. (13m) 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ovt2TBL6hV8>. Acesso em: 10 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, **Prefeitura do Campus Universitário**-28.05.1996. Disponível em <http://www.residencia.ufba.br/historia/principal.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. 2016. **UFBA em números**. Ano base 2015. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. UFBA em números 2016. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/estatisticas/ufba-em-numeros>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Regimento Interno da Reitoria**. Salvador: UFBA, 1997. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Regimento_Reitoria_web.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

VARGAS, M. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP**, v. 16, n. 1, p.149-163, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n1/v16n1a08.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

VASCONCELOS, N. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**. Uberlândia, v.17, n.2, p.599-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>. Acesso em: 14 mar. 2017.

VIERA, J. **Avaliação política do modelo de gestão da assistência estudantil na UFRPE: fundamentos gerencialistas e padrões mínimos na provisão de necessidades.** 2015. Recife-PE. Dissertação (Mestrado em serviço social). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco em Serviço Social. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17358>. Acesso em: 12 dez. 2016.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO TRABALHO

A presente pesquisa teve como objetivo conhecer a realidade de estudos nacionais sobre as moradias estudantis, centralizando o olhar nas casas pertencentes à Universidade Federal da Bahia (UFBA), entendendo sua formação e sua configuração atual.

Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema nas principais bases de pesquisa na área de ciências humanas, identificando 16 trabalhos. Após análise do material, verificou-se que a produção poderia ser classificada em duas grandes categorias: a gestão dos recursos destinados às moradias estudantis e as dificuldades vividas pelos estudantes residentes. As publicações que abordam a temática da gestão dos ambientes de moradia estudantil concentraram-se nos seguintes aspectos: análise do perfil do aluno morador; a administração das casas; a situação específica de algumas universidades brasileiras, relacionando a qualidade da assistência ao desempenho dos alunos e diagnósticos que afirmam a necessidade de que a assistência deve ultrapassar a questão dos recursos financeiros, atuando como importante dispositivo também na formação do estudante. Já as publicações que analisam as dificuldades enfrentadas pelos estudantes abordam as implicações decorrentes do fato de ser morador e as dificuldades de adaptação, os impactos dessas situações para os estudantes e os problemas de convivência existentes nas casas estudantis.

Pela realização deste trabalho, notou-se que, apesar da importância, ainda é pequeno o número de trabalhos nacionais sobre o tema, sendo escassos estudos que abordem o surgimento das moradias estudantis, a gestão e a organização destes espaços ou que exponham propostas de expansão e solidificação das políticas estudantis de assistência. Poucas são as pesquisas e trabalhos sobre o tema, demonstrando a nítida omissão da universidade com tão importante campo, sendo necessário maior investimento em pesquisas e trabalhos que se debrucem sobre esse setor.

Buscou-se compreender a realidade da UFBA conhecendo o processo de implementação das primeiras moradias estudantis, a situação atual de auxílios prestados aos estudantes que necessitam desse equipamento ou serviço e a necessidade de avanço nas políticas assistenciais, sobretudo das moradias estudantis como forma de evitar a evasão universitária e permitir a plena afiliação

dos estudantes e seu adequado desenvolvimento. Procurando delimitar o processo de implementação das moradias da UFBA, analisando ainda sua organização atual, refletindo sobre a importância desses espaços como forma de permitir a permanência dos estudantes mais carentes da Universidade, atuando ainda como espaço de desenvolvimento social e pessoal.

No que se refere às limitações, tendo em vista a dificuldade de encontrar trabalhos sobre o tema, a pesquisa acaba por sofrer certa limitação, não sendo possível uma generalização de alguns pontos defendidos. Em termos de percurso metodológico adotado para a apreensão dos processos relacionados ao surgimento e situação atual das moradias ligadas à UFBA, tendo em vista dificuldade de aprovação da pesquisa no comitê de ética e dificuldades internas no processo de investigação, optou-se por adotar a perspectiva qualitativa, utilizando a apreensão de relatos orais como forma de entender as realidades ligadas ao objeto de pesquisa, realizando entrevistas com servidores da própria Universidade na tentativa de capturar suas experiências.

Desta forma, levando em consideração as dificuldades surgidas durante o percurso da pesquisa, somada a uma limitação temporal, o trabalho não alcançou o olhar de todos os agentes participantes das moradias estudantis (como, por exemplo, funcionários que atuam dentro das moradias e alunos moradores), sendo necessário aprofundamento de alguns temas a fim de compreender as inúmeras abordagens que compõem o tema proposto.

O trabalho mostra a necessidade de mudança da concepção de universidade, invertendo a lógica de uma educação que apenas sirva aos interesses do mercado financeiro, fortalecendo as políticas que assegurem a entrada e permanência dos seguimentos sociais que foram por anos excluídos do direito à educação em todos os seus níveis. Corroborando com as reflexões trazidas, entende-se que o direito ao acesso e permanência é assegurado constitucionalmente, devendo ser implementado por meio de políticas articuladas de ensino, pesquisa e extensão, havendo apoio nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e facilitação do acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência (SANTOS; OLIVEIRA, 2017).

Percebe-se que a promulgação da Constituição Federal trouxe protagonismo aos direitos sociais, concedendo prioridade às políticas de assistência estudantil,

com o objetivo de permitir a igualdade de permanência entre os alunos (BRASIL, 1988). Corroborando com tal direcionamento, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Plano Nacional da Assistência Estudantil (PNAES), também auxiliaram na criação de regimentos fundamentais para a solidificação das políticas de assistência no Brasil, abrangendo as políticas direcionadas às moradias estudantis.

Contudo, apesar das iniciativas de fortalecimento e organização da assistência disponibilizada aos estudantes, as residências universitárias pertencentes à Universidade Federal da Bahia são casas antigas que se encontram desgastadas pela falta de manutenção e superlotação. Diante disso, é preciso refletir sobre a prioridade destinada à educação superior, tendo em vista a importância desse instituto como forma de diminuição das desigualdades sociais, modificando o panorama de exclusão educacional existente no Brasil.

Assim, espera-se contribuir com o crescimento dessa área de estudo entendendo a importância de melhoria e solidificação das casas estudantis como política de assistência apta a suprir a necessidade dos estudantes bem como lhes permitir uma possibilidade de participação ativa no setor estudantil.

**APÊNDICE A - INSTRUMENTO PARA COLETA DE INFORMAÇÕES
ROTEIRO DE ENTREVISTA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE A UNIVERSIDADE**

www.eisu.ihac.ufba.br

Roteiro da entrevista

- Nome/Função que exerce na Universidade.
- Desde quando atua na Universidade?
- O que pode contar sobre o histórico/implementação das casas estudantis da Universidade Federal da Bahia?
- Dificuldades relacionadas à gestão das moradias estudantis da Universidade Federal da Bahia?

APÊNDICE B - COMUNICAÇÃO DA PESQUISA

OFÍCIO à PRO REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL- PROAE

Ilma Sra. Cássia Virginia Maciel

UFBA - PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
P R O T O C O L O

Recebido em: 09/07/18

Assinatura

Prezada Senhora,

Pelo presente, venho informar que sou mestranda do Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS e realizo uma pesquisa sobre as moradias estudantis da UFBA, analisando as dificuldades vivenciadas pelos alunos moradores, defendendo o fortalecimento desses espaços como facilitador da permanência dos estudantes com menores rendas.

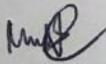
A pesquisa é orientada pela professora DRA. Adriana Miranda Pimentel, professora permanente do Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, que com grande experiência norteia o presente estudo.

Para tornar exequível a pesquisa, venho solicitar sua autorização para ter acesso aos dados relacionados às moradias estudantis, bem como entrevistar técnicos de referência nesta área.

Solicito também autorização para entrevistar alunos moradores a fim de desvendar os principais aspectos relacionados às experiências de viver em moradias estudantis.

Por fim, coloco-me a disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário e desde já agradeço a colaboração e apoio dispendido por toda a equipe para que eu possa concluir a presente pesquisa, a qual seguramente trará contribuições benéficas para a universidade.

ATENCIOSAMENTE,



MANUELA VANESCA

Mestranda PPG-EISU-IHAC-UFBA

(71) 991489160

EMAIL: VANESCA4L@HOTMAIL.COM

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE A UNIVERSIDADE

www.eisu.ihac.ufba.br

TERMO DE CONCESSÃO

Eu,....., membro da da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA autorizo a realização de entrevista a fim de compartilhar minhas experiências vivenciadas em virtude do exercício de minha função no supramencionado órgão, os quais serão utilizados na execução do projeto intitulado....., sob a responsabilidade da pesquisadora MANUELA VANESCA DA SILVA CERQUEIRA apenas com a finalidade acadêmica não comprometendo de nenhuma forma a integridade dos sujeitos da pesquisa os quais terão seu anonimato garantido conforme o que regulamenta a Resolução 466/12. Informo estar ciente dos objetivos do projeto de pesquisa e dos benefícios atuais e potenciais que podem ser gerados com a execução deste trabalho. Declaro ainda estar ciente das normas, resoluções e leis brasileiras as quais normatizam a utilização de documentos para coleta de dados bem como da(s) justificativa(s) apresentada(s) pelos autores do presente protocolo de pesquisa para a coleta dos dados sem a obtenção do termo de consentimento livre e esclarecido assinados pelo sujeito da pesquisa com a qual concordo.

SALVADOR,.....de.....de 2018

.....
Assinatura do responsável